



Simulação das Nações Unidas Para Secundaristas 2020

Guia de Estudos Online

Organização dos Estados Ibero-Americanos

Ana Caroline das Chagas Olinda

Bruno Reis Lass

Jales Caur

Marcella de Araújo Domingues de Andrade

1. Histórico e mandato do comitê

A Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) foi criada em 1949, após o I Congresso Ibero-americano de Educação, embora só tenha assumido a atual nomenclatura em 1985, sendo antes chamada de Escritório de Educação Ibero-americano. Sua evolução institucional foi acompanhada pela realização de novos Congressos Ibero-americanos de Educação. Em 1954, tornou-se organismo intergovernamental e, 3 anos depois, ganhou os seus primeiros Estatutos. Estes, no entanto, foram substituídos em 1985 pelos atuais Estatutos da OEI.

O propósito fundamental da OEI, como descrito no Artigo 2º do seu Regulamento, é:

[...] o desenvolvimento e o intercâmbio educativo, científico, tecnológico e cultural dos Estados Membros, com o objetivo de contribuir a elevar o nível cultural de seus habitantes como pessoas, formá-los integralmente para a vida produtiva e para as tarefas que requerem o desenvolvimento integral, e fortalecer os sentimentos de paz, democracia e justiça social (OEI, 1985).¹

A Organização é composta de uma Assembleia Geral, órgão máximo e instância legislativa; um Conselho Diretivo; e uma Secretaria Geral. Os Estados Membros da OEI são Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Estes têm direito a voz e a voto, desde que estejam em dia suas obrigações financeiras para com a Organização (OEI, 1985).

¹ La OEI tiene como propósito fundamental el desarrollo y el intercambio educativo, científico, tecnológico y cultural de los Estados Miembros, con el objeto de contribuir a elevar el nivel cultural de sus habitantes como personas, formarlos integralmente para la vida productiva y para las tareas que requiere el desarrollo integral y fortalecer los sentimientos de paz, democracia y justicia social.





Segundo o Artigo 5º do seu Regulamento (1985), a Organização tem competência para celebrar acordos e subscrever convênios e demais instrumentos legais com os governos Ibero-americanos, outros governos, organizações internacionais, além de demais agentes internacionais das áreas de Educação, Ciência e Cultura. No entanto, as políticas gerais da organização ficam sujeitas às deliberações da Assembleia Geral, assim como todos os assuntos relativos à cooperação entre os Estados Membros ou entre a OEI e agentes externos.

2. Tema

A educação é um direito garantido pelo artigo 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos. Entretanto, ela foi usada como ferramenta na perpetuação do poder de elites criadas nas raízes históricas da colonização da América Latina. Embora o processo de construção dos Estados Nações tenha sido por meio de líderes revolucionários locais, o processo conhecido como “europeização”, criando o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “Europa além-mar”, teve como modelo o desenvolvimento político, cultural e social do continente Europeu. Foi usado do seu aparato jurídico-legal para oficializar as leis e normas desse novo mundo, sendo basal no processo de formação social do continente latino-americano, definido pela forma como as elites político-econômicas construíram as formas de dominação presentes.

A educação foi usada principalmente no que tange à criação da cultura latino-americana, reprimindo as culturas tradicionais dos povos dominados durante o processo de construção dos Estados-nação — só sendo possível ao desassociarem completamente tudo o que não fosse branco e europeu deste Estado. Esse processo culminou na marginalização político, econômica e social de diversos grupos e etnias tradicionais, criando estruturas que perpetuam essa exclusão ao passar das décadas, condicionando-os e seus descendentes a uma subvida — parte por isso, mas parte, também, pelo não atendimento das demandas sociais educacionais provocadas pela falta de letramento — e na realidade distorcida de um continente sem raízes nos povos tradicionais.

A perpetuação da relação quase subserviente entre as elites latino-americanas e as demais classes sociais durante o século XX levou à institucionalização dessa marginalização como política pública e social, travando, por muitas vezes, a ascensão desses povos e de seus descendentes — parte majoritária da população do continente — à espaços de tomada de decisão, apagando desses espaços suas demandas históricas. Reproduzindo a fala de Enzo Falleto, economista famoso por ter feito parte da criação da CEPAL (Comitê Econômico e





Político para a América Latina), *los intelectuales son productores de ideologias*, abrindo brechas de análise para a privação da educação como propósito, e não como déficit estatal.

Isso se reflete nos números. Embora os índices educacionais de alguns países sejam altos, a média do continente está longe do ideal, tendo observado aumentos consideráveis na primeira década do século XXI no acesso ao ensino médio e superior, mas um freio drástico na educação secundária e um retrocesso na primária. O problema mais grave, entretanto, não se encontra na esfera quantitativa, mas sim, na qualitativa. Exames mostram que a performance de alunos do ensino primário se encontra defasado quando comparado com outras regiões do mundo, tendo somente 7 países oferecendo o padrão mínimo de leitura entre seus estudantes. O PISA, programa de avaliação ligado à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), indicou que, em 2019, até mesmo o Chile, país com maior média do continente, ficou abaixo dos outros países da OCDE.

Dentre as diversas propostas observa-se a educação inter e multicultural como resposta ao que seria o ideal para uma educação de qualidade, pois há de se considerar a existência de múltiplos povos com múltiplas realidades e peculiaridades culturais e linguísticas em um vasto pedaço de terra. Essa lógica se sustenta desde a integração desses povos historicamente marginalizados pelo apagar de suas identidades, assim como no resgate de suas culturas como peças fundamentais na criação da cultura conhecida no presente momento. A educação atuaria da mesma forma como atuou no passado, mas fomentando o diálogo e empoderando povos e culturas.

O analfabetismo e a educação de qualidade são temas amplamente abordados pelos organismos internacionais, indo de órgãos no sistema ONU voltados inteiramente para educação e cultura (UNESCO), de abrangência mais globais, para instituições locais, como a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), que trata dos temas de educação, ciência e cultura nos países luso e hispano falantes. O Objetivo de Desenvolvimento 4, que garante o acesso à educação de qualidade a todos, pertencente à Agenda 2030 das Nações Unidas é um ponto referencial de extrema importância no debate educacional em âmbito global. Em caráter mais regional, é válido citar as Metas Educativas² para 2021, promovidas pela OEI que se aproximam da sua data limite, indicando a necessidade de cobrança quanto aos resultados do que fora proposto a se alcançar.

² Disponível em: https://oei.org.br/pdf/metas_sintese.pdf





3. Glossário

Alfabetização: Segundo texto da professora Magda Becker Soares, presente no livro, escrito por ela junto ao professor Antônio Augusto Gomes Batista, “Alfabetização e Letramento” (2005), a alfabetização significa dominar um alfabeto, seus sons e palavras assim como ter noção do seu uso semântico e sintático.

Colonialismo do Poder: “A expressão ‘colonialidade’ refere-se a estruturas de poder, controle e hegemonia que surgiram durante a época colonial e se estendem da conquista das Américas até os dias atuais. Ela se refere às tentativas de ‘eliminar as diversas formas de conhecimento das populações nativas’, substituindo-as pelos ‘modos de conhecer, produzir conhecimento, imagens, símbolos e modos de significação’ dos europeus” (QUIJANO, 1992, p. 440).

Interculturalidade: Segundo Walsh (2007), interculturalidade crítica é:

uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. (...), é um projeto de existência, de vida (WALSH, 2007, p. 8).

Letramento: O indivíduo letrado é o indivíduo que atende às demandas sociais de leitura e escrita, interferindo diretamente no processo de socialização de tal com o seu meio (BATISTA; SOARES, 2008).

Multiculturalismo: Entende-se por multiculturalismo tanto os estudos acadêmicos quanto às políticas institucionais que se desenvolvem em torno das questões trazidas pela emergência das sociedades multiculturais. Uma sociedade multicultural é aquela que, em um mesmo território, abriga povos de origens culturais distintas entre si. As relações entre esses grupos podem ser de aceitação e tolerância ou de conflito e rejeição. Isso vai depender da história da sociedade em questão, das políticas públicas propostas pelo Estado e, principalmente, do modo específico como a cultura dominante do território é imposta ou se impõe para todas as outras. A convivência entre culturas diferentes não é uma questão nova, mas que se intensificou nos últimos anos devido a acontecimentos marcantes (ZORZI, 2012).





Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis foram definidos em 2015, pelas Nações Unidas, dentro da Agenda 2030 como sucessores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. São diretrizes que interconectam nações pelo desejo mútuo de cumprir com 17 objetivos e 169 metas que visam acabar com a pobreza, a fome, alcançar a igualdade, atingir o cumprimento de direitos, assim como o desenvolvimento e o respeito e preservação do meio ambiente.

Os ODS que se relacionam com o nosso comitê são, em um plano de fundo geral, o ODS 4, que garante a educação de qualidade, o ODS 10, que visa o fim das desigualdades, e o ODS 17, que visa as parcerias interinstitucionais e interestatais para a implementação da Agenda e para a solução conjunta dos problemas.

4. Posicionamento das representações

| Angola | |
|--|---|
| Tópicos | Links |
| A Angola possui taxa de analfabetismo considerada elevada, sendo que um em cada quatro cidadãos angolanos não sabe ler nem escrever. Com o propósito de se inverter o quadro, foi lançado oficialmente, em 2019, o Plano de Ação para Intensificação da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, denominado “EJA-Angola-2019-2022”. O referido instrumento, considerado importante, visa a operacionalização das políticas e estratégias do Executivo, para o alcance dos objetivos e metas previstas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, relativamente à educação de jovens e de adultos. A meta é que a taxa de alfabetização suba dos 76% atuais para 82% em 2022. | http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/taxa-de-analfabetismo-considerada-elevada (Reportagem do Jornal da Angola, acerca da aprovação de medidas para combate ao analfabetismo em Angola) |
| Em Angola, 22% das crianças em idade | https://www.unicef.org/angola/acesso-a-edu |



| | |
|--|---|
| <p>escolar encontram-se fora do sistema de ensino. O UNICEF tem apoiado o Governo de Angola na definição e implementação de políticas e estratégias para assegurar que todas as crianças tenham acesso à uma educação de qualidade ao longo da sua vida.</p> <p>O subprograma de Acesso à Educação do UNICEF Angola contribui para as prioridades nacionais de expansão equitativa do acesso à educação, por meio de ações de apoio à educação em situações de emergência, de programas que promovem a igualdade de gênero e a educação de meninas, a educação de crianças de minorias étnicas em áreas remotas e na elaboração de uma Política Nacional da Primeira Infância.</p> | <p>cacao (Site oficial da UNICEF e ações em andamento em Angola)</p> |
| <p>A redução do analfabetismo no país consta nos planos de reconstrução e desenvolvimento da República de Angola desde de 2010, como meta específica para melhoria da qualidade do ensino, inserida nos objetivos de Reforma Educacional do país. Vale questionar quais as dificuldades do país em promover alfabetização básica à sua população.</p> | <p>https://www.med.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=650 (Documento de Indicadores da Eficácia da Reforma Educativa em Angola de 2010, disponível no site do Ministério da Educação do país)</p> |
| <p>O processo de educação e formação humana em Angola é uma história recente. Embora desconfortável com essa continuidade discursiva, é comum se afirmar, no meio acadêmico, que a alfabetização em Angola começou a ser discutida apenas na década de 1970. Sendo assim, torna-se necessário também investigar o impacto das transformações políticas e sociais pelas quais o país passou a fim de melhor compreender o impacto desses acontecimentos na formação do sistema educacional angolano.</p> | <p>http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpo/article/view/46346/26150 (Artigo: Um olhar sobre a mudança de sentido e o sentido da mudança na alfabetização angolana, Marcelino Mendes Curimenha)</p> |



| Argentina | |
|---|--|
| Tópicos | Links |
| <p>A Argentina conta com excelente taxa de alfabetização. Segundo dados estatísticos do Banco Mundial e UNESCO, 99% da população argentina de 15 anos ou mais é alfabetizada.</p> | <p>https://datos.bancomundial.org/indicador/SE.ADT.LITR.ZS?end=2018&start=2018&view=map (Site do Banco Mundial com taxas de alfabetização por país)</p> |
| <p>O Plano Federal de Educação Anual (PEAF) resume as diretrizes político-pedagógicas e os objetivos estratégicos 2020-2023 que o Ministério da Educação da Nação propõe no âmbito dos acordos federais e das linhas de políticas prioritárias. Algumas de suas prioridades são:</p> <ul style="list-style-type: none">• os setores mais desfavorecidos, aqueles que não recebem a educação de que têm direito, por razões geopolíticas, sociais ou culturais.• cobertura da educação infantil, com o objetivo de completar as salas de 4 e 5 anos, aumentando significativamente as salas de 3 anos e desenvolvendo espaços nos quais os cuidados atendam à atenção pedagógica.• o reposicionamento da centralidade do ensino, em sua dimensão institucional e pedagógica para melhorar a aprendizagem, a fim de superar as desigualdades.• a inclusão, reingresso, permanência e formação de jovens no ensino médio a partir da construção de uma escola que os une em relevância e participação, garantindo inserção no mundo do trabalho, continuidade de estudos e cidadania plena no mundo contemporâneo.• a expansão da educação por meio de programas que proporcionam, na escola e fora da escola, áreas | <p>https://www.argentina.gob.ar/educacion/iniciativas-programas/peaf (Plano Federal de Educação Anual (PEAF), cujas informações estão no site do Ministério da Educação)</p> |



| | |
|--|--|
| <p>decisivas do conhecimento e do fazer e que constituem interesses proeminentes de crianças e adolescentes e a vida da sociedade: direitos humanos, Educação Sexual Integral (ESI), meio ambiente, esportes, artes e, principalmente, o novo Plano Nacional de Leitura, que já está totalmente operacional, e o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.</p> <ul style="list-style-type: none">• fortalecimento e trabalho cooperativo com organizações que apoiam instituições educacionais, como cooperadores, conselhos escolares e associações de parentes e vizinhos; bibliotecas populares, organizações populares que fornecem educação. | |
| <p>Com relação à educação escolar para povos tradicionais, o Estado argentino reconhece o direito a uma Educação Intercultural Bilíngue (EIB) para os povos indígenas, tendo estabelecido, em 2006, a educação bilíngue como modalidade do sistema educativo. Em Salta existe, desde os anos 1980, o cargo de Auxiliar Bilíngue e, em Jujuy, recentemente foi incorporada a figura de pessoa “idônea” para o ensino em língua guarani. Somente funciona para o nível primário e está concentrado na zona rural. (Campanha Guarani)</p> <p>Cada vez mais, crianças e jovens indígenas ingressam no sistema educativo oficial, buscando encontrar soluções para as dificuldades que sofrem. Mas, até agora, a escola mais colabora com a fragilização do sistema em vez de favorecê-lo, ao não dar-lhes espaços de participação na elaboração dos Planos de Ensino que efetivamente contemplem metodologias e conteúdos de acordo com a visão de cada tradição, entre elas a guarani-mbyá.</p> | <p>http://campanhagarani.org/guaranicontinental/portfolio/argentina/ (Campanha Guarani, com dados, informativos e notícias acerca do povo Guarani, cujo território abrange parte da Argentina, Brasil, Bolívia e Paraguai)</p> |



A Lei Nacional de Educação nº 26.206 de 2006 estabelece que a Educação Intercultural Bilingüe (BEI) é uma das oito modalidades do sistema educacional argentino. Por conseguinte, entende-se que:

Educação Intercultural Bilingüe é a modalidade do sistema educacional dos níveis da Educação Inicial, Primária e Secundária que garanta o direito constitucional de povos indígenas, nos termos do Art. 75, inc. 17 da Constituição Nacional, para receber uma educação que contribua para preservar e fortalecer seus padrões culturais, seu idioma, sua visão de mundo e identidade étnica; trabalhar ativamente em um mundo multicultural e melhorar sua qualidade de vida. Da mesma forma, a Educação Intercultural Bilingüe promove um diálogo mutuamente enriquecedor de conhecimentos e valores entre povos indígenas e populações étnicas, linguísticas e culturalmente diferentes, além de promover a reconhecimento e respeito por essas diferenças (LEI NACIONAL DE EDUCAÇÃO Nº 26.206 DE 2006, CAP. XI, ART. 52).

<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL006333.pdf>

(Documento: *La Modalidad de Educación Intercultural Bilingüe en el sistema educativo argentino*/ Serie Documentos EIB Nº 1 2011)

Bolívia

Tópicos

Links



| | |
|---|--|
| <p>As taxas de alfabetização na Bolívia, segundo dados da CEPAL, em 2019, eram de 92,5% para adultos de 15 anos ou mais e de 99,4% para jovens de 15 a 24 anos de idade. A taxa líquida de matrículas no ensino fundamental é de 90,9%, não havendo desproporção entre os sexos, com a taxa masculina somente 0,5% superior à feminina, de acordo com dados coletados em 2017. O governo despende 7.3 % do PIB para gastos públicos em educação, segundo dados de 2014 (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE DA CEPAL, 2019).</p> | <p>https://www.cepal.org/es/publicaciones/45353-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2019-statistical-yearbook-latin</p> <p>(Anuário Estatístico da América Latina e Caribe da CEPAL, em espanhol)</p> |
| <p>Conforme o artigo 3 da Lei da Educação “Avelino Siñani-Elizardo Pérez” n.º 070 de 20 de dezembro de 2010, e em conformidade com a Constituição de 2009, a educação está fundamentada nas seguintes bases:</p> <p>1. É descolonizadora, libertadora, revolucionária, anti-imperialista, despatriarcalizadora e transformadora das estruturas econômicas e sociais; orientada à reafirmação cultural das nações e povos indígenas originários camponeses, as comunidades interculturais e afrobolivianas na construção de um Estado Plurinacional e o Vivir Bien.</p> <p>(...)</p> <p>6. É laica, pluralista e espiritual, reconhece e garante a liberdade de consciência e de fé e do ensino da religião, assim como a espiritualidade das nações e povos indígenas originários</p> | <p>http://coral.ufsm.br/compartilhandosaberes/wp-content/uploads/2018/07/Jessica-Lorena-Mainardes-da-Silva-Uma-experiencia-de-Educacao-Popular-e-Alternativa-na-Bolivia.pdf</p> <p>(Uma experiência de Educação Popular e Alternativa na Bolívia Interculturalidade e Diversidade nas Ações Educacionais /Jéssica Lorena Mainardes da Silva)</p> <p>https://www.siteal.iiep.unesco.org/pt/bdnp/92/ley-ndeg-070-ley-educacion-avelino-sinani-elizardo-perez</p> <p>(BOLÍVIA. Ley de la Educación, Avelino Siñani-Elizardo Pérez, n.º 070, 2010)</p> |



camponeses, fomenta o respeito e a convivência mútua entre as pessoas com diversas opções religiosas, sem imposição dogmática, e propiciando o diálogo interreligioso.

(...)

11. É uma educação da vida e na vida, para Vivir Bien. Desenvolve uma formação integral que promove a realização da identidade, afetividade, espiritualidade e subjetividade das pessoas e comunidades. É viver em harmonia com a Mãe Terra e em comunidade entre os seres humanos.

(...)

13. A educação assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural o ama qhilla, ama llulla, ama suwa (não seja fraco, não seja mentiroso nem seja ladrão), suma qamaña (Vivir Bien), ñandereko (vida harmoniosa), teko kavi (vida boa), ivi maraei (terra sem mal) e qhapajñan (caminho ou vida nobre), e os princípios de outros povos. Se sustenta nos valores de unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, complementaridade, harmonia, transparência, equilíbrio, igualdade de oportunidades, equidade social e de gênero na participação, bem estar comum, responsabilidade, justiça social, distribuição e redistribuição dos



| | |
|--|--|
| <p>produtos e bens sociais, para Vivir Bien BOLÍVIA (LEY DE LA EDUCACIÓN, AVELINO SIÑANI-ELIZARDO PÉREZ, N.º 070, 2010).</p> | |
| <p>O método Yo Sí Puedo, programa de alfabetização cubano aplicado na Bolívia desde 2006, rendeu ao país o título de território livre do analfabetismo, segundo a Unesco, ao atingir a taxa de 3,8% de analfabetismo em 2014. Hoje, o índice é ainda menor, 2,9%. Isso significa que mais de um milhão de bolivianos adultos aprenderam a ler e escrever nos últimos dez anos. Deste total, cerca de 40% são idosos acima de 60 anos e 70% mulheres. Isso se deve, principalmente, à falta de dinheiro das famílias que historicamente vivem em áreas rurais do país e pelo antigo sistema educacional da Bolívia, que até 1952 não era universal.</p> <p>O projeto Yo Sí Puedo</p> <p>“acompanhou cinco grupos de alfabetização desde setembro de 2014 até fevereiro de 2016. O documentário conta de perto a história da professora Keyla Guzmán, que batalhou quatro anos para ter seu sistema de aulas individuais aprovado como método de ensino pelo Ministério da Educação. [...]”</p> <p>“O filme retrata também a realidade de dois grupos camponeses. Em um deles, as aulas são bilíngues, em espanhol e quéchua, em outro, há classes profissionalizantes, que mesclam a prática de</p> | <p>https://novaescola.org.br/conteudo/416/yo-si-puedo (Reportagem Yo Sí Puedo: documentário sobre alfabetização de adultos na Bolívia publicada no site Nova Escola em 2016) https://www.youtube.com/watch?v=DNI-ZiT13QU (Documentário Yo Sí Puedo)</p> |



| | |
|---|--|
| <p>artesanato e malharia com o conhecimento teórico que vem dos livros. Além desses, estivemos em aulas de grupos de deficientes físicos, [...] e de jovens com síndrome de Down [...]” (YO SÍ PUEDO: DOCUMENTÁRIO SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NA BOLÍVIA, NOVA ESCOLA, 2016).</p> | |
| <p>Existem 36 povos reconhecidos na Bolívia. Com a adoção da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas e uma nova Constituição, aprovada em novembro de 2017, a Bolívia adotou o status de plurinacional. Porém, os povos indígenas no país ainda enfrentam desafios, principalmente em termos de trabalho sísmico, busca de novas reservas de petróleo e gás e projetos hidrelétricos.</p> <p>Desde 1991 a Bolívia é signatária da Convenção 169 da OIT, que é um instrumento jurídico internacional que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e <i>tribais</i>³. De acordo com o censo de 2012, 41% da população boliviana acima de 15 anos são de origem indígena, embora as projeções Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2017 indiquem que esse percentual provavelmente tenha aumentado para 48%.</p> <p>“Existem 38 povos reconhecidos na Bolívia. A maioria dos Andes são de língua quéchua</p> | <p>https://www.iwgia.org/en/bolivia.html</p> <p>(Em inglês ou espanhol - site oficial do <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i>, contendo informações sobre povos indígenas na Bolívia. Para um maior aprofundamento do tema, recomendamos a análise do site).</p> |

³Segundo [publicação do 22 AMUN](#):

A palavra “tribo”, assim como Índio, não é utilizada justamente por estar ligada a um conceito residual da colonização. Sustenta um discurso que mantém a organização social indígena ou não hegemônica, como campesinatos, como inferior, não transformada como a sociedade ocidental supostamente evoluída.

No caso do uso acima, não pudemos alterar o termo uma vez que ele faz parte do trecho integralmente referenciado.



| | |
|--|--|
| <p>(49,5%) e aimará (40,6%), que se identificam como 16 nações. Nas planícies, o Chiquitano (3,6%), Guaran (2,5%) e Moje.e (1,4%) são maioria e, juntamente com os 2,4% restantes, compõem 34 povos indígenas reconhecidos” (International Work Group for Indigenous Affairs, 2020).</p> | |
|--|--|

| Brasil | |
|---|---|
| Tópicos | Links |
| <p>De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, haviam 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. Se todos residissem na mesma cidade, este lugar só seria menos populoso que São Paulo – a capital paulista tem uma população estimada de 12,2 milhões (IBGE, 2018).</p> <p>A taxa do chamado “analfabetismo absoluto” no Brasil é de 6,8%. Como ocorre com os dados internacionais, o analfabetismo não atinge a todos da mesma forma. “Na análise por cor ou raça, em 2018, 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais - de cor branca - eram analfabetas, percentual que se eleva para 9,1% entre pessoas de cor preta ou parda. No grupo etário 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcança 10,3% e, entre as pessoas pretas ou pardas, amplia-se para 27,5%”. (IBGE, 2018)</p> | <p>https://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21 (Reportagem Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21, publicada em 08/09/2019 às 08:01 por Gilberto Costa via Agência Brasil)</p> |
| <p>As estatísticas do IBGE consideram as pessoas com 15 anos ou mais que foram declaradas como analfabetas em pesquisa periódica de amostra domiciliar. Os números, no entanto, podem ser ainda mais graves se for medida a “capacidade de compreender e utilizar a informação escrita</p> | <p>https://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21 (Reportagem Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21, publicada em 08/09/2019 às 08:01 por Gilberto Costa via Agência Brasil)</p> |



| | |
|---|---|
| <p>e refletir sobre ela” - como faz o estudo Indicador de Alfabetismo Funcional, elaborado pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Educativa (IBGE, 2018).</p> <p>Testes cognitivos aplicados em 2018 com 2.002 pessoas residentes em áreas urbanas e rurais de todo o país verificou que 29% das pessoas podem ser consideradas analfabetas funcionais e que não superam o nível rudimentar de proficiência. Apenas 12% da população é considerada “proficiente”.</p> | |
| <p>Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia desse direito dos povos indígenas.</p> <p>Com vistas à garantia desse direito fundamental e de cidadania, a Funai, enquanto órgão federal articulador das políticas indigenistas, atua com o objetivo de contribuir na qualificação dessas políticas e de, junto aos povos indígenas, monitorar seu funcionamento e eventuais impactos, ocupando espaços de controle social tanto em âmbito nacional como local. Essa atuação considera a experiência e o conhecimento especializado acumulado ao longo do tempo pela atuação junto aos povos indígenas.</p> <p>A política educacional guarda relações inerentes com outras políticas e ações, desenvolvidas pela Funai e por outros</p> | <p>http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena (Seção destinada à Educação Escolar Indígena na página da FUNAI)</p> |



| | |
|---|---|
| <p>órgãos de governo, voltadas aos povos indígenas, como políticas voltadas à gestão territorial, à sustentabilidade, à saúde, etc. Por isso, a harmonização dessas ações convergentes, sob coordenação da Funai, é fundamental para o estabelecimento de relações do Estado com povos indígenas que reconheçam e respeitem a autonomia dos povos indígenas e suas formas próprias de organização.</p> | |
| <p>A promulgação da Constituição de 1988 constitui-se como um marco na redefinição das relações entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. É de particular importância o fato da Constituição Federal ter assegurado o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, o que vem sendo regulamentado por meio de vários textos legais. Desta forma se poderá assegurar não apenas sua sobrevivência física, mas também étnica, resgatando a dívida social que o Brasil acumulou em relação aos habitantes originais do território.</p> <p>Com a Constituição de 1988, os indígenas deixaram de ser considerados como categoria social, em vias de extinção, e passaram a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com direito a manter "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições". (CF Art. 231). O mesmo texto constitucional, em seu artigo 210, assegura às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, devendo o Estado proteger as manifestações das culturas indígenas (CF Art. 215). Estes dispositivos constitucionais dão sustentação à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que garante aos povos indígenas, nos artigos 78 e 79, a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural. Com estes dispositivos legais, garante-se</p> | <p>http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gb_eei.pdf</p> <p>(Artigo O governo brasileiro e a educação escolar indígena)</p> |



| | |
|--|--|
| <p>aos povos indígenas o direito a uma escola com características específicas, que busque a valorização do conhecimento tradicional vigente em seu meio, ao mesmo tempo que lhes forneça instrumentos para dialogar com outras sociedades.</p> | |
|--|--|

| Chile | |
|--|---|
| Tópicos | Links |
| <p>A constituição chilena traz a educação como meio para atingir o objetivo de desenvolvimento pleno de seus habitantes nas distintas etapas da vida, garantindo o acompanhamento da educação dos seus filhos e postulando o Estado como responsável pela proteção do acesso gratuito até os 21 anos, com participação plena da sociedade. É também função do Estado promover inovação técnico-científica, a criação artística e a proteção e a agregação ao patrimônio cultural da nação.</p> | <p>Constituição Federal da República do Chile (2010), disponível no site da Organização dos Estados Americanos – OEA.</p> |
| <p>Há nove etnias diferentes no Chile, sendo os mais numerosos, os <i>Machupe</i>, seguido dos <i>Aymara</i>, dos <i>Diaguita</i>, <i>Lickanantay</i> e dos povos <i>Quechua</i>, sendo o único país na América Latina que não reconhece os povos indígenas, 9% da população, constitucionalmente (IWGIF, 201-?a). De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social Chinelo, 30,8% das comunidades indígenas vivem na pobreza, discrepando dos 19% dos não indígenas na mesma situação. Há também uma grande questão de demarcação de terras levando o histórico neoliberal do país, na qual diversas regiões indígenas nas regiões de Araucanía e de Los Rios que pertencem à cooperação privada (IWGIF, 201-?a). Embora tenham ocorrido diversos avanços em mecanismos legais e de proteção dos povos indígenas, esses ainda se mostram falhos em reconhecer os povos indígenas como, por exemplo, contribuintes para com</p> | <p>Indigenous peoples in Chile, relatório em inglês pela <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i>.</p> <p>Educação mapuche no Chile neoliberal: análise de três escolas da região de La Araucanía, estudo de caso, em espanhol, acerca de três escolas rurais que atende comunidades tradicionais no Chile.</p> |



| | |
|---|--|
| <p>a biodiversidade regional, e não protegendo seus territórios e das iniciativas tradicionais promovidas por eles (IWGIF, 201-?a).</p> | |
| <p>Os índices de alfabetização no Chile são altos, alcançando a taxa de 99% da população em 2017, sustentando em 94% de matrícula na educação primária, e tendo uma queda brusca na educação secundária, indo a 88,7%, ocorrendo uma discrepância entre 2% entre mulheres e homens matriculados — sendo o maior número das mulheres.</p> <p>O Chile mantém seus investimentos do PIB chileno para com a educação na faixa dos 5,4%.</p> | <p>Perfil nacional sociodemográfico, relatório da base de dados da CEPAL – ONU.</p> |
| <p>No Chile, foram apontados dados de cerca de quase 500 mil pessoas analfabetas (6,4% da população). Entretanto, segundo a UNESCO, um país deve ter menos de 5% para se considerar livre do analfabetismo.</p> <p>Soma-se a esse problema os analfabetos funcionais. Dados obtidos pela OCDE mostram que 53% dos chilenos não compreendem totalmente o que leem e 62% não é capaz de resolver adequadamente problemas matemáticos cotidianos, revelando graves problemas na educação básica (EL HERALDO, 2018).</p> | <p>"O analfabetismo no Chile e na região: Em que rumo estamos hoje?", reportagem do jornal <i>El Heraldo – El Diario del Maule Sur</i>, em espanhol (tradução nossa).</p> |
| <p>A edição especial da Revista Mexicana de Orientación Educativa já demonstra que o debate quanto às raízes dos problemas educacionais no Chile é um debate longínquo e pluralizado por toda a América Latina, tendo em vista a fama do Chile de ter sido o primeiro grande laboratório para o neoliberalismo (BBC BRASIL, 2019).</p> <p>Na revista constam artigos, em espanhol, acerca de diversos questionamentos ao neoliberalismo, indo desde o papel da sociedade quanto a criação da perspectiva de lucro no ensino superior chileno.</p> | <p>A revista pode ser acessada aqui.</p> <p>"Bolsonaro no Chile: como a Escola de Chicago transformou [o] país latino-americano em laboratório do neoliberalismo", reportagem da BBC Brasil.</p> <p>"Chile en llamas: el modelo neoliberal en crisis en toda la región", texto do portal Open Democracy.</p> |



| Colômbia | |
|--|--|
| Tópicos | Links |
| <p>Dados de 2018 apontam que, na Colômbia, a taxa de analfabetismo é de cerca de 5%. Isso significa que ainda existem cerca de 2 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever no país. A porcentagem fica ainda mais alarmante se analisadas cidades em específico, em Neiva é de 6,6%, e em municípios como Baraya é de 20,5% ou em Tello 19,9% (La Nación, 2020).</p> | <p>https://www.lanacion.com.co/alfabetismo-digital/ (Reportagem sobre analfabetismo na Colômbia publicada pelo La Nación)</p> |
| <p>Na Colômbia, são reconhecidos quatro grupos étnicos: indígenas, afrocolombianos (inclui afrodescendentes, negros), Raizales do arquipélago de San Andrés y providencia e de Rom o gitano. Eles são caracterizados por compartilharem uma origem, uma história, uma língua e características culturais que moldam sua identidade. Já no que tange aos idiomas nativos, são entendidos como aqueles falados atualmente pelo grupos étnicos do país, assim: os de origem indo-americana, falados pelos povos nativos; Línguas crioulas, faladas por comunidades afrodescendentes; a Língua romani, falada pelas comunidades ciganas, e a língua falado pela comunidade raiz do arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina (Artigo 1, Lei 1381 de 2010).</p> | <p>https://www.mineduacion.gov.co/portal/Educacion-inicial/Orientaciones-pedagogicas-para-la-educacion-de-grupos-etnicos/379705-Orientaciones-pedagogicas-para-la-educacion-inicial-de-grupos-etnicos (Orientações pedagógicas para educação de povos tradicionais, disponibilizadas pelo Ministério da Educação da Colômbia)</p> |
| <p>Em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos, o Ministério da Educação na Colômbia formulou documento base com orientações pedagógicas para a educação inicial de meninas e meninos pertencentes aos diferentes grupos étnicos presentes no país, nele constam as diretrizes da política educacional destinada aos povos tradicionais. Sendo elas:</p> | <p>https://www.mineduacion.gov.co/1759/articulos-379705_recurso_10.pdf (Documento Orientaciones Pedagógicas para la Educación Inicial de Niñas y Niños Pertencientes a Comunidades de Grupos Étnicos), publicada pelo Observatório da Juventude Ibero-Americana, 2018)</p> |



| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">● Reconhecer os vínculos inseparáveis que existem entre educação e cultura.● Evidência do direito à educação em suas dimensões de adaptabilidade e aceitabilidade. Quanto à adaptabilidade, espera-se educação que promova a adaptação do sistema educacional às singularidades de povos e comunidades étnicas e não o contrário. Em relação à aceitabilidade, implica que a educação inicial em contextos comunitários e étnicos deve oferecer respostas pertinentes e adequadas às expectativas dos grupos, em relação ao processo educacional.● Respeitar os direitos culturais relacionados à identidade e pertencimento a uma comunidade ou grupo étnico, para que se desfrute do patrimônio material e intangível da produção local e universal e cultural.● Coleta dos insumos do trabalho construído durante esses anos, por etnias e do Estado, em relação aos processos assistenciais, educação inicial e nutricional da primeira infância étnica do país. | |
| <p>A educação intercultural na Colômbia foi abordada por diferentes perspectivas conceituais e disciplinares, tendo a diversidade cultural como principal objeto de estudo. No final dos anos 90, Luis Alberto Unduaga reuniu as experiências educacionais que foram desenvolvidas em diversas comunidades indígenas do país e apresentou o conceito de etnoeducação. O autor reconhece o direito de cada cultura a estabelecer as suas próprias formas de classificar e organizar os saberes e realça que a Constituição Política da Colômbia reconhece a diversidade étnica e cultural da nação. A etnoeducação, portanto, possui como princípio a interculturalidade e deve estimular os valores do respeito cultural, da</p> | <p>https://www.observatoriodajuventude.org/educacao-e-diferencas-culturais-na-america-latina-iii/ (Matéria Educação e diferenças culturais na América Latina III)</p> |



tolerância e do diálogo culturais, assim como o mútuo enriquecimento (OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE IBERO-AMERICANA, 2018).

O sistema formado foi desenvolvido através de conteúdos curriculares específicos, como o Programa de Etnoeducação articulado nos níveis nacional (Divisão de Etnoeducação dotada de um grupo de profissionais encarregados de apoiarem e coordenarem as iniciativas nos outros níveis), regional ou de departamento (estado) e nível local, onde existem organizações representativas dos grupos étnicos para planejamento, programação, execução e avaliação dos processos educacionais. Entre 2006 e 2010, com o programa, chegaram a ser implementados 40 projetos etnoeducacionais, a maioria em comunidades indígenas. Na metade desses projetos, foram desenvolvidos modelos educacionais específicos ou estão em fase de prova. Por outra parte, durante 2014, o Ministério de Educación Nacional (Educação Nacional) e as organizações nacionais indígenas afrocolombianas, negras, palenqueras e raizais, trabalharam para criar e colocar em marcha “Planos Etnoeducacionais para Jovens” dirigidos a tais comunidades (OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE IBERO-AMERICANA, 2018)

Cabe destacar também a criação, em 1993, de uma Cátedra de Estudos Afrocolombianos por parte do Ministério de Educación (Educação), que teve entre os seus objetivos contribuir para o debate pedagógico nacional com novos enfoques sobre as possibilidades conceituais e metodológicas de assumir a multiculturalidade e interculturalidade a partir das tarefas educacionais (OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE IBERO-AMERICANA, 2018)



| Costa Rica | |
|--|---|
| Tópicos | Links |
| <p>A República da Costa Rica é um dos países com os melhores índices da América Central na área da educação. Segundo o Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE), a taxa de analfabetismo na população com mais de 15 anos é de 3,2%, a mais baixa da região. Além disso, o país investiu 6,4 % do PIB em educação (dados de 2016), e apresenta bons índices de matrícula na educação primária e secundária (GARZA, 2016).</p> | <p>https://www.larepublica.net/noticia/costa_rica_a_unico_libre_de_analfabetismo_en_centroamerica (Em espanhol - Reportagem comparando dados estatísticos da área de educação entre países da América Central).</p> |
| <p>O governo costarriquenho ressalta que a educação é um direito humano, permitindo a participação ativa do indivíduo na sociedade civil e na vida econômica do país (COSTA RICA, 2018).</p> | <p>https://www.oEICostarica.org/documentos-de-trabajo/educacion (Em espanhol - Documento oficial do Governo da Costa Rica, referente à educação e formação técnica. Para mais informações a respeito do posicionamento do país sobre a importância da educação, ver página 28).</p> |
| <p>A comunidade indígena da Costa Rica chegou a 104.143 indivíduos no censo de 2013, divididos em 24 territórios. Exemplos são os Bribris, os Cabécares e os Ngobes o Guaymies (CARVAJAL-JIMÉNEZ; CUBILLO-JIMÉNEZ; VARGAS-MORALES, 2017).</p> | <p>https://www.redalyc.org/jatsRepo/1941/194154512020/html/index.html (Em espanhol - O link guiará para um artigo sobre o estado da Educação Indígena na Costa Rica e o acesso ao Ensino Superior por essa parte desses povos. Logo no início do artigo, há um resumo em português).</p> |
| <p>A educação indígena na Costa Rica passou por significativos avanços. Com o amparo legal do <i>Subsistema de Educación Indígena</i>, o Ministério de Educação Pública passa a assumir ações concretas para garantir os direitos indígenas em matéria de educação. Com a conseqüente reforma do subsistema, o Estado costarriquenho firmou a sua intenção de dar um enfoque intercultural à educação indígena. Apesar dos avanços, ainda há uma série de barreiras no âmbito da implantação das medidas oficiais, mostrando</p> | <p>https://www.redalyc.org/jatsRepo/1941/194154512020/html/index.htm (Em espanhol - No referido artigo, as autoras também tratam dos avanços e desafios da educação indígena costarriquenha).</p> |



| | |
|--|--|
| <p>que o caminho para uma educação equitativa e justa ainda está longe de terminado (CARVAJAL-JIMÉNEZ; CUBILLO-JIMÉNEZ; VARGAS-MORALES, 2017).</p> | |
|--|--|

| Cuba | |
|--|--|
| Tópicos | Links |
| <p>A República de Cuba garante legalmente a educação pública e gratuita desde a <i>Ley de Nacionalización General y gratuita de la Enseñanza</i>, de 1961. No mesmo ano, o governo cubano deu início a uma Campanha de Alfabetização que a tornou um território livre de analfabetismo (CUBA, 1997[1961]).</p> | <p>https://www.oei.es/historico/quipu/cuba/index.html#legi (Em espanhol - A lei está disponível na íntegra no site da OEI, na aba <i>legislación</i>)</p> |
| <p>Segundo informações da UNESCO, Cuba foi o único país latino-americano a ter cumprido os objetivos do programa Educação para Todos, referente ao período de 2000 a 2015. Esse programa inclui objetivos relacionados ao aumento da qualidade e universalização da educação, e redução do analfabetismo (UNESCO, 2015).</p> | <p>https://es.unesco.org/news/america-latina-y-caribe-solo-cuba-alcanzo-objetivos-globales-educacion-todos-periodo-2000-2015 (Em espanhol - O site da UNESCO, além de trazer dados sobre a educação de Cuba, descreve os objetivos do programa Educação para Todos).</p> |
| <p>No seio das Nações Unidas, a representação de Cuba ressaltou o seu comprometimento com a educação de qualidade como um direito de todos, cuja garantia representa um imperativo moral. Associa-a à necessidade de promover uma cultura de paz, entendimento e sem discriminação. Alertando para a importância de que o direito à educação seja protegido por medidas concretas, o governo cubano ressalta o sucesso do método de alfabetização cubano Yo, Sí Puedo, que alfabetizou 10 milhões de pessoas de 32</p> | <p>http://www.minrex.gob.cu/es/node/1474 (Em espanhol - a página descreve o posicionamento dado pelo representante de Cuba nas Nações Unidas a respeito da importância da educação).</p> |



| | |
|---|---|
| países (CUBA, 2020). | |
| Antes da chegada dos europeus, a ilha de Cuba era habitada por dois grupos indígenas: os ciboneyes e os taínos. Embora não tenham sobrevivido à colonização, alguns de seus descendentes ainda podem ser encontrados no país (CUBANET, 2019). | https://www.cubanet.org/noticias/los-tainos-no-se-extinguieron-en-cuba-como-cuenta-la-historia/ (Em espanhol - Reportagem que conta um pouco sobre os descendentes dos taínos) |

| El Salvador | |
|--|---|
| Tópicos | Links |
| A educação é um tópico defendido constitucionalmente em El Salvador. A terceira seção da Constituição Federal de 1983 é dedicada à educação, à ciência e à cultura, no qual está positivado o compromisso da nação para com a educação para todos. No art. 59 é visto que a alfabetização possui caráter de interesse nacional. | Constituição Federal da República de El Salvador (1983) , disponível no site da Organização dos Estados Americanos – OEA. |
| <p>Há três povos étnicos em El Salvador — Nahuat-Pipil, os Lencas e os kakawiras — e sete povos indígenas — os Ulúas, Lencas, Cacaopera, Chortís, Nonualcos, nahua-pipil e os Pocomanes.</p> <p>“Em 2012, em uma sessão da Assembleia Legislativa de El Salvador, foi reconhecida a existência de Povos Indígenas. Isto a fim de manter e desenvolver a sua identidade étnica e cultural. Antes disso, não tinham a proteção do governo e os seus direitos eram ignorados. Hoje trabalham para preservar a sua cultura, valores, ensinamentos, vestuário</p> | Grupos Étnicos de El Salvador , relatório em espanhol por Carlos Ruano. |



| | |
|---|---|
| <p>e outras coisas tradicionais que neles se encontram” (RUANO, 2019).</p> <p>“Os povos originais que atualmente habitam El Salvador são Nahuapipil, Lenca e Cacaopera. Fenômenos como a globalização e a migração forçada perturbaram largamente o seu tecido social e ameaçam os seus costumes, a sua língua e os seus conhecimentos tradicionais. Os direitos sociais e culturais reconhecidos na Declaração das Nações Unidas para os Povos Indígenas, tais como a educação, a língua e a cultura, a medicina tradicional e a identidade e pertença, estão a encontrar dificuldades no seu pleno gozo e exercício em relação ao Estado salvadorenho” (RUANO, 2019).</p> | |
| <p>Os índices de alfabetização no país podem ser considerados altos. Dados de 2017 apontam que 98% das pessoas entre 18 e 25 anos eram alfabetizadas, sem discrepância notória entre os sexos. Entretanto, há uma certa evasão de matrícula entre o ensino primário (equivalente ao fundamental no sistema brasileiro), com somente 80% das crianças matriculadas, caindo para 60% no ingresso à educação secundária (equivalente ao ensino médio).</p> <p>El Salvador investe cerca de 3,8% do seu PIB na educação.</p> | <p>Perfil nacional sociodemográfico, relatório da base de dados da CEPAL – ONU.</p> |



| | |
|--|---|
| <p>“Maximina Velasco, de 61 anos, sente que derrubou o muro da ignorância quando decidiu se matricular nos cursos de alfabetização. ‘Quando era menina, fui à escola, mas não terminei o primeiro grau porque um professor me batia’” (AYALA, 2015).</p> <p>O analfabetismo atinge cerca de 6,2 milhões de habitantes devido a muitas décadas de injustiças sociais que privaram da educação essas pessoas, sobretudo no campo, algo remanescente da história colonial desde o século XIX. As mulheres são as maiores atingidas devido ao machismo exacerbado e intrínseco na sociedade (AYALA, 2015).</p> | <p>“O analfabetismo tem rosto de mulher em El Salvador”, reportagem do site <i>Inter Press Service</i>.</p> |
| <p>Fora estimado para cerca de 5,1% o analfabetismo no fim de 2018 entre a parcela com mais de 15 anos, tornando possível a declaração de El Salvador livre do analfabetismo em 2019 já que os critérios usados pelo Ministério da Educação é de 4% da população analfabeta (PEÑATE, 2018).</p> <p>Foram desenvolvidos circuitos de alfabetização que circularam pelo país, alfabetizando cerca de 24 mil pessoas em 160 municípios na primeira parte do ano e cerca de 58 mil na segunda parte (PEÑATE, 2018).</p> | <p>“Declaratoria de país livre de analfabetismo hasta 2019”, reportagem do site <i>La Prensa Gráfica</i>, em espanhol (tradução nossa).</p> |

| Equador | |
|---------|-------|
| Tópicos | Links |





| | |
|--|---|
| <p>A educação é um tópico defendido por toda a Constituição Federal de 2008. E é atribuído ao Estado a missão de erradicar qualquer forma de analfabetismo (Art. 347 sobre responsabilidades do Estado).</p> | <p>Constituição da República do Equador, disponível no site da Organização dos Estados Americanos — OEA</p> |
| <p>O índice de alfabetizados é bastante alto. Dados de 2017 mostram um índice de alfabetização de 99,3% entre pessoas de 15 e 24 anos, não havendo discrepância notória entre os sexos. É válido ressaltar o combate ao analfabetismo entre as mulheres, já que a diferença nos índices de alfabetização entre homens e mulheres era de quase 50% em 1998.</p> <p>O índice de ingresso ao ensino fundamental também é alto, com média de 91,6%, contudo, caindo para 85,3% no ingresso ao ensino médio.</p> <p>Equador investe cerca de 5% do PIB na educação.</p> | <p>Perfil nacional sociodemográfico, relatório da base de dados da CEPAL — ONU</p> |
| <p>As comunidades indígenas no Equador são computadas em cerca de 1,1 milhão de pessoas, compostas de 14 etnias diferentes. Entretanto, as comunidades indígenas não possuem direitos civis, políticos, culturais e territoriais totais garantidos, enfrentando uma série de desafios. Um dos desafios enfrentados quanto à falta de direitos territoriais plenos é a exploração de petróleo no território dos Waorani (IWGIA, 201-?b).</p> | <p>Indigenous people in Ecuador, relatório em inglês pela <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i>.</p> |



| | |
|---|---|
| <p>Para combater o analfabetismo no país, o governo equatoriano mantém o programa “Todos ABC”, tratando-se de uma campanha de alfabetização, educação básica para jovens e adultos. O projeto tem como um de seus objetivos a educação inclusiva e a oportunidade de concluir os estudos em diferentes níveis através da educação de qualidade, curta duração, utilidade e aplicação imediata, preparando para a vida futura (MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE EQUADOR, 201-?).</p> | <p>Educación para Jóvenes y Adultos, página do Ministério da Educação equatoriano, em espanhol.</p> |
|---|---|

| Guatemala | |
|---|--|
| Tópicos | Links |
| <p>O direito à educação (em diversas esferas, incluindo a de ressocialização) é defendida por toda a constituição. Há artigos voltados para a garantia da liberdade ao ensinar, a sua obrigatoriedade e seu caráter universal. É também dever do Estado erradicar o analfabetismo.</p> | <p>Constituição Política da República da Guatemala, disponível no site da Organização dos Estados Americanos — OEA</p> |
| <p>Há cerca de 6 milhões de povos indígenas na Guatemala, pertencentes a 24 diferentes grupos. Os povos indígenas na Guatemala enfrentam diversos desafios, na área da participação política, saúde, emprego, renda, moradia e acesso à educação. Cerca de 24,1% desses grupos enfrentam pobreza extrema comparado ao 7,4% da população não indígena. O sistema eleitoral é definido pela exclusão dos povos indígenas. Historicamente, há diversos casos de crimes cometidos à essas diferentes etnias que foram esquecidos pela justiça, ou que ganharam resolução muitos anos depois do seu acontecimento (IWGIA, 201-?c).</p> | <p>Indigenous peoples in Guatemala, relatório em inglês pela <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i>.</p> <p>Após 30 anos, índios falam de genocídio na Guatemala, reportagem da BBC Brasil.</p> <p>Relatores especiais expressam preocupação com prisão de líder indígena na Guatemala, reportagem da Organização das Nações Unidas.</p> |



| | |
|---|--|
| <p>O índice de alfabetizados é alto, dados de 2014 apontam que 94,5% da população entre 15 e 24 anos é alfabetizada. Contudo, os índices de matrícula nos ensinos fundamental e médio são preocupantes, mostrando uma provável alteração desses índices no presente. Dados de 2018 mostram que a taxa de matrícula no ensino fundamental foi, em média, de 86,9%, enquanto para o ensino médio fora somente de 43,8%, acentuando uma queda pela metade, mostrando uma possível evasão escolar.</p> <p>A Guatemala investe somente cerca de 2,8% do seu PIB na educação.</p> | <p>Perfil nacional sociodemográfico, relatório da base de dados da CEPAL – ONU.</p> |
| <p>“Segundo o Comitê Nacional de Alfabetização, Guatemala tem um índice de analfabetismo de 18,5%, equivalente a 2,3 milhões de guatemaltecos que não sabem ler nem escrever” (FUNDACIÓN..., 2019).</p> <p>Novamente, a matéria aponta o machismo como um contribuinte para esse elevado número, pois por anos a educação era considerada indispensável só para homens, fadando as mulheres às atividades domésticas.</p> | <p>“El analfabetismo en Guatemala”, reportagem, em espanhol, pela Fundação Ramiro Castillo Love — fundação que possui diversos programas na área de alfabetização e educação de guatemaltecos.</p> |

| Honduras | |
|---|--|
| Tópicos | Links |
| <p>ARTIGO 151. A educação é função essencial do Estado para a conservação, fomento e difusão da cultura, a qual deverá projetar seus benefícios à sociedade sem discriminação de nenhuma natureza. A educação nacional será laica e se fundamentará nos princípios essenciais da democracia, instalará e fomentará nos educandos profundos sentimentos</p> | <p>Constitución de la Republica de Honduras 1982, disponível na Base de Datos Políticos de las Américas (em espanhol).</p> |



| | |
|--|--|
| <p>hondurenhos e deverá vincular-se diretamente com o processo de desenvolvimento econômico e social do país.</p> <p>ARTIGO 153. O Estado tem a obrigação de desenvolver a educação básica do povo, criando para esse fim os órgãos técnicos e administrativos necessários, dependentes diretamente da Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Educação Pública.</p> <p>ARTIGO 364. É dever do Estado ditar medidas de proteção dos direitos e interesses das comunidades indígenas existentes no país, especialmente das terras e bosques em que estiverem assentadas.</p> | |
| <p>Dados disponibilizados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) acerca da educação de crianças e adolescentes por diferentes perspectivas.</p> <p>Tradução livre do espanhol para o português das informações apresentadas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Dados da <i>Encuesta de Hogares del INE</i> mostram que 44% dos meninos e meninas entre 3 e 17 anos está fora do sistema escolar;2. Os meninos e meninas dos grupos com maior nível de exclusão da cobertura educativa são aqueles que vivem em zonas rurais (48,7%), os que têm entre 3 e 5 anos (65%), e os adolescentes entre 12 e 14 anos (55,1%) e de 15 a 17 anos (74,6%);3. A principal causa da inassistência ao terceiro ciclo da educação básica é a falta de recursos econômicos (46%). 4% deixaram a escola para trabalhar e 28% não querem continuar estudando pois não acreditam que a educação lhes abrirá portas para o mundo laboral;4. Por outro lado, no terceiro ciclo da educação básica, 28,5% dos adolescentes se encontram em risco moderado de abandonar a escola (cursam com um ano de atraso) e 28% em risco grave (cursam com dois ou mais anos de atraso);5. Quanto a qualidade da aprendizagem, 55% | <p>Educación de Calidad en Honduras, dados percentuais disponíveis no site oficial da UNICEF Honduras (em espanhol).</p> |



| | |
|--|--|
| <p>dos alunos da educação básica obtiveram desempenho satisfatório ou avançado em matemática e 63% em linguagens nas avaliações nacionais.</p> | |
| <p>Infográficos acerca da situação educacional hondurenha (2007-2017), distribuição de crianças e adolescentes por etnia (2013) e outras informações gerais importantes.</p> | <p>Situación de la Niñez y Adolescencia en Honduras, infográficos disponibilizados no site oficial da UNICEF Honduras (em espanhol).</p> |
| <p>Perfil estatístico geral do país, abordando também a educação com dados até 2018.</p> | <p>CEPALSTAT, perfil sócio-demográfico nacional (em inglês e espanhol - basta mudar no site).</p> |
| <p>Tradução livre do espanhol para o português:</p> <p>MISSÃO: Garantir o pleno desenvolvimento da Educação Intercultural Bilingue em todas as comunidades educativas dos Povos Indígenas e Afro-Hondurenhos, gerando políticas de multi e interculturalidade para a educação nacional, assegurando sua cobertura.</p> <p>VISÃO: Estabelecer uma nova identidade hondurenha, multicultural, plurilingue, inclusiva e democrática, que responda aos desafios derivados das transformações do país e do mundo, a partir de uma prática educacional abrangente.</p> | <p>SE Pueblos Indigenas, portal oficial da Secretaria de Educação de Honduras (em espanhol).</p> |
| <p>O Latinobarómetro é uma base de dados com medições anuais por pesquisa de opinião pública em 18 países da América Latina.</p> <p>Para estudo, reconhecemos pertinente a leitura detalhada dos seguintes tópicos, respectivos da aferição de 2018: P62.B., S9., S10., REEDUC.1. (em espanhol).</p> | <p>Latinobarómetro Database,</p> <p>A Latinobarómetro Corporation é uma organização privada sem fins lucrativos, com sede em Providencia, Chile. É responsável pela realização do Latinobarómetro, uma pesquisa anual de opinião pública que envolve cerca de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de pessoas.</p> |



| | |
|---|--|
| | <p>Orientação: o link ao lado abrirá uma nova aba no navegador, contendo uma série de anos à direita da tela. Ao escolher o ano de análise e o país, que aparecerá em tópicos na página, começará o download de um documento em PDF com todas as informações coletadas respectivas à nação e ao ano escolhido.</p> |
| <p>Informações gerais sobre a Direção de Povos Indígenas e Afro-Hondureños (DINAFROH), tais como: quem são, missão e visão e o que fazem.</p> | <p>Dirección de Pueblos Indígenas y Afrohondureños - DINAFROH, (em espanhol).</p> |
| <p>Base de dados oficial do governo hondurenho que cruza informações educacionais com dados sócio-demográficos, divididos em diferentes áreas de análise e especificações, como idade, sexo e região.</p> | <p>Sistema de Alerta Temprana, (em espanhol).</p> |

| International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA) | |
|--|--|
| Tópicos | Links |
| <p>O <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i> é uma organização global de direitos humanos dedicada a promover, proteger e defender os direitos dos Povos Indígenas, trabalhando para empoderá-los por meio de documentação, desenvolvimento de capacidade e advocacia a nível local, regional e internacional em parceria com instituições globais.</p> | <p>IWGIA - About Us, disponível no site oficial da organização em inglês e em espanhol.</p> |
| <p>“As mudanças que queremos ver nos próximos três anos: As ambições para 2030 requer que a IWGIA tome medidas</p> | <p>Institutional Strategy 2017-2020, documento oficial do <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i> acerca das estratégias institucionais da organização.</p> |



| | |
|---|---|
| <p>significativas nos próximos três anos. Precisamos trabalhar a nível internacional e regional (Objetivo 1), esforçar-nos para o reconhecimento dos direitos das populações indígenas a nível nacional (Objetivo 2) e assegurar que os próprios povos indígenas estejam empoderados e tomem atitude. Em reconhecimento ao fato que mulheres e jovens indígenas encaram desafios particulares, escolhemos dar um foco especial a estes grupos (Objetivo 4)” (IWGIA, 2017).</p> | <p>Recomendamos a leitura das páginas 9 à 11 e das 13 à 16 para maior aprofundamento acerca da IWGIA (em inglês).</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Um recorde de 400 defensores ambientais e de direitos humanos foram mortos em 2017 - aproximadamente metade desses indígenas morreram defendendo suas terras e direitos (IWGIA, 2019); • Brasil, Colômbia, México e Filipinas são os países mais perigosos para defensores ambientais e de direitos humanos - de acordo com dados estatísticos disponíveis (IWGIA, 2019); • A maioria dos assassinatos de defensores ambientais e de direitos humanos está relacionada a disputas de terra por megaprojetos e indústrias extrativistas (IWGIA, 2019). | <p>Indigenous Rights Defenders at Risk, disponível no site oficial da organização, em inglês.</p> |
| <p>O presente documento apresenta o modelo de Educação Intercultural Bilingue (<i>Bilingual Intercultural Education - BIE</i>), assim como problemas relacionados a este, propostas de mudança no currículo vigente para melhor introdução do conhecimento tradicional nas escolas e soluções para a descolonização dos saberes.</p> | <p>Indigenous Affairs 1/05 - Indigenous Peoples and Education, documento oficial do <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i> disponível para download no site oficial da organização, em inglês. Recomendamos a leitura das páginas 21 a 25 (do documento), referente à <i>Indigenous Wisdom in Bilingual Intercultural Education: A Field of Struggle</i>.</p> |



| Jamaica | |
|--|--|
| Tópicos | Links |
| <p>Perfil estatístico geral do país, abordando também a educação com dados até 2018.</p> | <p>CEPALSTAT, perfil sócio-demográfico nacional (em inglês e espanhol - basta mudar no site).</p> |
| <p>DESAFIOS: Embora a Jamaica tenha obtido ganhos significativos para promover acesso, qualidade, relevância e equidade na educação, ainda existem grandes lacunas. A maioria das crianças possuem acesso à educação com financiamento público, mas para muitas delas os efeitos da pobreza levam à ausência, falta de progresso, baixo rendimento crônico e, em alguns casos, falha na conclusão da educação. Isso é particularmente verdadeiro para meninos e escolas em comunidades de baixa renda em áreas rurais e urbanas. Meninos que vivem nessas comunidades estão mais propensos a abandonar a escola e se tornarem jovens em risco e desapegados. O setor educacional também continua sendo desafiado em prover uma educação de qualidade para todas as crianças (UNICEF, 2018).</p> <p>SOLUÇÕES: Nosso programa de Aprendizagem ao Longo da Vida tem três objetivos, que visam melhorar os resultados da educação e desenvolvimento e criar ambientes de aprendizagem mais equitativos e inclusivos para meninos e meninas, inclusive em emergências (UNICEF, 2018).</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer estruturas, políticas, planos e padrões nacionais para aumentar o acesso ao desenvolvimento da primeira infância (ECD) de alta qualidade, equitativo, inclusivo e holístico, ambientes de aprendizado e assistência para meninas e meninos de 0 a 8 anos e suas famílias. 2. Melhorar a capacidade de entidades nacionais e subnacionais em planejamento educacional, coleta e uso de dados, | <p>Lifelong learning UNICEF Jamaica, informações gerais sobre o programa <i>Longlife Learning</i> da UNICEF Jamaica disponíveis no site oficial da organização, em inglês.</p> |



| | |
|---|--|
| <p>monitoramento e orçamento do sistema.</p> <p>3. Fortalecer a capacidade organizacional das principais partes interessadas para projetar e fornecer serviços educacionais equitativos, inclusivos e relevantes, estratégias de transição e ambientes de aprendizado protetor.</p> | |
| <p>DESAFIO: Uma em cada quatro crianças da Jamaica vive na pobreza e, como resultado, estão mais expostas a problemas de saúde, mais vulnerabilidade à exploração, têm acesso reduzido a instalações adequadas de água e saneamento e têm maior probabilidade de serem expostas a uma disciplina violenta. As meninas no quintil mais pobre da população são mais propensas a se tornarem mães adolescentes. Estima-se que 35.000 crianças menores de 14 anos têm uma deficiência e correm o risco de serem excluídas ou discriminadas.</p> <p>A Jamaica possui programas estatais de proteção social, incluindo o Programa de Transferência Condicionada de Renda (PATH). No entanto, um número significativo de crianças merecedoras ainda fica fora deste mecanismo de direcionamento (UNICEF, 2018).</p> <p>SOLUÇÃO: Nosso programa de proteção social tem três objetivos que visam melhorar a maneira como os sistemas e políticas nacionais lidam com várias privações que afetam os meninos e meninas mais vulneráveis:</p> <p>4. Fortalecer as capacidades humanas e institucionais, nacionais e subnacionais, para desenvolver e fornecer sistemas de proteção social inclusivos e equitativos, a fim de fortalecer a resiliência e proteger meninos e meninas de todas as formas de pobreza e exclusão social (UNICEF, 2018).</p> <p>5. Melhorar as capacidades nacionais e subnacionais para coletar, analisar e usar sistematicamente dados desagregados e outras formas de informação para monitorar, informar as decisões políticas e relatar a</p> | <p>Social protection UNICEF Jamaica, informações acerca da condição social vulnerável vivenciada por crianças e adolescentes jamaicanos, disponível no site oficial da organização, em inglês.</p> |



| | |
|--|--|
| <p>situação das crianças e da pobreza infantil em todas as suas dimensões, usando uma abordagem baseada em equidade (UNICEF, 2018).</p> <p>6. Aprimorar os sistemas nacionais que regem o volume, a eficiência e o impacto dos recursos investidos no sentido de aumentar a resiliência dos meninos, meninas e adolescentes mais vulneráveis (UNICEF, 2018).</p> | |
| <p>“O ministro argumentou que deveria haver uma aceitação de que a primeira língua da Jamaica é o Patois, e os professores precisam sempre considerar essa realidade ao fazer a “transição” do dialeto para o inglês padrão.</p> <p>“A melhor prática é ensinar o inglês padrão, para aqueles que saem de uma cultura de Patois, como segunda língua”, disse ele.</p> <p>O ministro disse que os educadores devem ser alertados sobre como as crianças entendem inglês e patois, especialmente durante os primeiros anos de matrícula no sistema escolar formal.” (Pronunciamento do Ministro da Educação, Juventude e Informação da Jamaica, Ruel Reid, disponível em: http://www.jamaicaobserver.com/career/patois-is-jamaica-8217-s-first-language-8212-education-minister_106929?profile=1270. Acesso em: 16/08/2020).</p> | <p>Patois is Jamaica's first language Education Minister,</p> <p>reportagem do <i>Jamaica Observer</i> acerca do pronunciamento do Ministro da Educação, Juventude e Informação, Ruel Reid, disponível no site oficial do jornal, em inglês.</p> |
| <p>A língua oficial da Jamaica é o Inglês Jamaicano Padrão. Entretanto, a maior parte da população fala uma língua diferente - o Patois. O Inglês é entendido (se não falado) por toda a ilha, mas entender o Patois como um visitante é muito mais desafiador. Há um debate sobre tornar o Patois outra língua nacional. Com esse debate vem o conflito de qual língua é melhor, com o Patois Afro-Jamaicano em um extremo e o Inglês padrão em outro (ADAMS, 1991, pp. 1-65). [...] O Inglês Jamaicano Padrão é a língua daqueles que governam e possuem privilégios, se tornando um indicador de classe social enquanto Patois Jamaicano é a</p> | <p>The Historical and Culture Aspects of Jamaican Patois Ruby Madden,</p> <p>artigo acerca da história e das controvérsias entre o dialeto jamaicano e a língua oficial do país, em inglês.</p> |



língua materna de muitos que depois podem vir a aprender Inglês como linguagem. Inglês é a língua da educação, religião (institucional, não ética), comércio e governo, enquanto o Patois é a língua em que histórias são contadas e passadas oralmente e várias músicas e literatura são escritas. (JUSTUS, 1978, pp. 39-51).

Crianças nascidas em áreas rurais do país aprendem Patois por seus pais, geralmente em lares monolíngüísticos. Aos seis anos de idade, elas vão para a escola e são educadas exclusivamente em inglês. Começando aos dez anos, falar em Inglês Jamaicano Padrão é uma marca de classe social, conquista e potencial. Há uma educação universal durante a escolarização primária para todos os jamaicanos. Aqueles que continuam na escola, aumentam sua proficiência em inglês enquanto aqueles deixam os estudos são mais propensos a voltar a falar o Patois e usá-lo para o resto da vida (SNIDER, 2009). Falantes de Patois o utilizam porque seus pais usavam e às vezes eles estavam incapacitados de continuar com sua educação, por isso, continuaram a falar a língua de sua sociedade.

Devido a essa austeridade fiscal, o governo jamaicano tem apenas recursos limitados para investir no sistema educacional da ilha. A educação na Jamaica é comparativamente caracterizada por baixas taxas de participação no ensino médio e superior. As crianças abandonam o ensino médio em grande número para trabalhar, ou devido a problemas relacionados à pobreza, como “falta de dinheiro para o almoço” ou “incapacidade de pagar os custos de transporte”, segundo as autoridades jamaicanas (WENR, 2019).

Embora o ensino médio seja tecnicamente gratuito, os custos de frequentar o ensino médio são consideráveis, especialmente para famílias de baixa renda. Os pais precisam pagar centenas de dólares a cada ano escolar

[Education in Jamaica,](#)

relatório da *World Education News & Reviews*, publicada pela *World Education Services*, acerca da situação educacional do país.



| | |
|---|--|
| <p>por itens como uniformes, material didático, taxas de inscrição, taxas de exames e taxas de manutenção da escola. Somente as taxas de manutenção de escolas auxiliares nas escolas públicas totalizaram cerca de US \$ 300 por ano em 2015, em um país que possuía um produto interno bruto per capita (PIB) de US \$ 5.355 (em 2018); (WENR, 2019).</p> | |
|---|--|

| México | |
|---|--|
| Tópicos | Links |
| <p>Panorama Educativo de la Población Indígena y Afrodescendiente 2017:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com a reforma de 2011 no artigo 2º da Constituição Pública dos Estados Unidos Mexicanos, se reconhece o direito dos povos indígenas à livre determinação e autonomia em suas formas de organização e governo, entre outros. Tratando-se de educação, em um marco na reforma educativa de 2013, se incluiu que o Estado garantirá a qualidade da educação obrigatória (UNICEF, 2017). • Diversas legislações que promovem os direitos das comunidades indígenas e a educação, como a Lei Geral dos Direitos Linguísticos dos Povos Indígenas, a Lei Geral da Educação e a Lei Geral dos Direitos de Meninas, Meninos e Adolescentes, buscam que se respeitem os direitos culturais e linguísticos, além de favorecer uma educação bilíngue em um ambiente multicultural (UNICEF, 2017). • Estima-se que quase 2 de cada 5 falantes de língua indígena (38.1%) estavam em condição de atraso | <p>UNICEF - Panorama Educativo de la Población Indígena y Afrodescendiente 2017, o presente relatório (em espanhol) contém informações institucionais e estatísticas acerca do acesso à educação universal no país, sendo assim, bastante completo e enriquecedor. Recomendamos que a leitura seja feita com maior atenção voltada à temas chave, como: o Sistema Educativo Nacional, dados de alfabetização, acesso a educação obrigatória e progressão educacional, o ensino das linguagens tradicionais e os critérios de classificação das comunidades indígenas e afrodescendentes no país.</p> <p>Ao lado estão listados alguns pontos de destaque (tradução). Não é necessária a leitura completa do relatório.</p> |



| | |
|---|--|
| <p>educacional, número que equivale a quase o dobro da população total em dita condição (18.6%); (UNICEF, 2017).</p> <ul style="list-style-type: none">• No ciclo escolar 2016-2017, 9.5% das escolas pré-escolares indígenas não contavam com docentes falantes de ao menos uma das línguas maternas da comunidade. Chiapas apresentou a proporção mais alta: 21.7% (UNICEF, 2017). | |
| <ul style="list-style-type: none">• A Lei Geral dos Direitos de Meninas, Meninos e Adolescentes (<i>Ley General de Derechos de Niñas, Niños y Adolescentes</i> - LGDNNA), publicada em 4 de dezembro de 2014, tem como objetivo garantir o cumprimento integral dos direitos de meninas, meninos e adolescentes.• De acordo com a Pesquisa Intercensal de 2015, dos 119.9 milhões que somam a população mexicana, 25,7 milhões se autodeclararam indígenas (21.5%) e 7,38 milhões de pessoas maiores de três anos falam alguma língua indígena (6.5%). Dos mais de 33 milhões de meninos, meninas e adolescentes de 3 a 17 anos, cujo os pais ou responsáveis contestaram as respectivas perguntas, 21,88% se autodeclararam como indígenas; 5.73% são falantes de alguma língua indígena e 11,3% desses não falam espanhol (INEGI, 2015).• A dificuldade de acesso e a carência ou insuficiência de relevância cultural e linguística se encontram na base de várias dessas brechas. De acordo com um estudo de 2010, embora os povos indígenas tenham alta afiliação aos serviços de saúde, a porcentagem de pessoas que efetivamente faziam uso dos serviços | <p>UNICEF - Los Derechos de la Infancia y la Adolescencia en México, relatório oficial da UNICEF acerca dos direitos das crianças e adolescentes mexicanos e das condições de acesso à educação de qualidade e oportunidades que se adequem à cultura local desses, especialmente dentro da diversidade linguística do país.</p> |



| | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> era menor que o número de afiliados. Um dos princípios de que este modelo educativo é garantir que, independentemente de sua língua materna, origem étnica, gênero, condição sócio-econômica, aptidões extraordinárias ou incapacidade de qualquer tipo, os estudantes contem com oportunidades efetivas para o desenvolvimento de seus potenciais. | |
| <p>Perfil estatístico geral do país, abordando também a educação com dados até 2018.</p> | <p>CEPALSTAT, perfil sócio-demográfico nacional (em inglês e espanhol - basta mudar no site).</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> Há 16,933,283 pessoas indígenas no México, representando 15.1% da população total. México é o país nas Américas com a maior porcentagem de povos indígenas e o maior número de línguas nativas faladas em seu território, sendo essas 68 línguas e 364 variações dialéticas documentadas. Um dos principais desafios enfrentados pelas comunidades indígenas no México está relacionado à falta de reconhecimento. Em 2001, resultado da mobilização de povos indígenas que exigiam legislação baseada nos “Acuerdos de San Andrés” — resultado de negociações entre o governo e o Exército Nacional de Libertação Zapatista (EZLN) em 1996 —, os artigos 1, 2, 4, 18, e 115 da Constituição Mexicana foram alterados. Em relação aos direitos humanos, o relatório <i>Front Line Defenders</i> revela que o México ocupa o quarto lugar entre os países mais perigosos para defensores de direitos. Em 2017, houveram 31 assassinatos, dos quais | <p>IWGIA - México, página no site oficial do <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i> dedicada às informações da organização acerca do situação dos povos indígenas no México, disponíveis em inglês e em espanhol.</p> |





| | |
|--|---|
| <p>a maioria envolvia ativistas de causas indígenas e ambientais.</p> | |
| <p>O Latinobarómetro é uma base de dados com medições anuais por pesquisa de opinião pública em 18 países da América Latina.</p> <p>Para estudo, reconhecemos pertinente a leitura detalhada dos seguintes tópicos, respectivos da aferição de 2018: P62N.B., S9., S10., REEDUC.1., REEDUC.2.</p> | <p>Latinobarómetro Database,</p> <p>A Latinobarómetro Corporation é uma organização privada sem fins lucrativos, com sede em Providencia, Chile. É responsável pela realização do Latinobarómetro, uma pesquisa anual de opinião pública que envolve cerca de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de pessoas.</p> <p>Orientação: o link ao lado abrirá uma nova aba no navegador, contendo uma série de anos à direita da tela. Ao escolher o ano de análise e o país, que aparecerá em tópicos na página, começará o download de um documento em PDF com todas as informações coletadas respectivas à nação e ao ano escolhido.</p> |

| Nicarágua | |
|---|---|
| Tópicos | Links |
| <p>A educação é defendida como direito e obrigação de todo o cidadão nicaraguense, possuindo caráter cidadão e cultural, contando com a participação coletiva e familiar no processo. É de obrigatoriedade do Estado a garantia da educação para todos. É garantido constitucionalmente, também, a educação de adultos a fim de findar o analfabetismo no país.</p> | <p>Constituição Política da República da Nicarágua, disponível no site da Organização dos Estados Americanos – OEA.</p> |



| | |
|--|--|
| <p>São encontrados em território nicaraguense cerca de 7 povos indígenas distintos, com cerca de 400 mil pessoas no total. Eles estão historicamente e culturalmente localizados na costa pacífica, nas regiões centrais e ao norte do país, e um dos desafios que esses povos enfrentam é a exploração da região com a criação de um Canal Interoceânico na região de habitação comum — esta não garantida constitucionalmente. Alguns progressos foram feitos em relação ao assunto, com medidas tomadas por órgãos internacionais como a Corte Interamericana e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos para proteger os indígenas da invasão a terras tituladas a eles. Entretanto, as medidas pouco são pouco efetivas e pouco preservadas pelo Estado (IWGIA, 201-?d).</p> | <p>“Indigenous peoples in Nicaragua”, relatório em inglês pela <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i>.</p> |
| <p>A taxa de alfabetização do país pode ser considerada alta, com 91,6%, entretanto, é observada uma disparidade entre os sexos de cerca de 4% pelos dados de 2015. É visto o avanço na alfabetização de meninas, visto que a diferença em 2010 era de quase 50%. Dados, também de 2010, mostram que a taxa de matrícula em escolas primárias é alta, com média de 95%, contudo, com uma drástica queda no ensino médio, caindo para cerca de 49% apenas.</p> <p>A Nicarágua investe cerca de 4,3% do seu PIB na educação.</p> | <p>Perfil nacional sociodemográfico, relatório da base de dados da CEPAL - ONU.</p> |



| | |
|--|--|
| <p>“15,4% da população com mais de 10 anos não é letrada, segundo a Fundação Internacional para o Desafio Econômico Global – FIDEG” (CALERO, 2018). Embora a declaração de Daniel Ortega em seu governo no ano de 2009 tenha garantido que o país estava livre do analfabetismo, o índice chegou a 15,4% em 2017. A declaração de 2009 se mostrou infundada pela contradição estatística com os dados do Banco Central da Nicarágua (BCN) com os da FIDEG. Suspeita-se de uma má mensuração de dados nas áreas rurais, onde os índices são o dobro em relação às áreas urbanas (21,8% e 10,3% respectivamente) (CALERO, 2018).</p> | <p>“En el 2017 aumentó el analfabetismo en Nicaragua, revela Fideg”, reportagem, em espanhol, do site “<i>La Prensa</i>”</p> |
|--|--|

| Panamá | |
|---|---|
| Tópicos | Links |
| <p>A Constituição panamenha defende amplamente a educação para todos, garantindo a ciência como base e a participação da família e da comunidade em sua formação. A educação também é entendida como um fator fundamental na criação de uma comunidade cultural e política no Panamá. Não há nada sobre analfabetismo positivado na Constituição.</p> | <p>Constituição Política da República do Panamá, disponível no site da International Labour Organisation (Organização Internacional do Trabalho) OIT – ONU.</p> |



| | |
|---|--|
| <p>De acordo com o censo de 2010, 12% da população panamenha é composta de povos indígenas, divididos em 7 povos distintos. Tais povos enfrentam problemas relacionados ao reconhecimento e principalmente do direito de territórios, assim como a expulsão forçada desses povos (IWGIA, 2017-?e) — investimento estrangeiro é um dos responsáveis por isso, tendo como exemplo o episódio da construção da hidroelétrica de Barro Blanco que contou com investimento dos Bancos Alemão e Holandês de Desenvolvimento (GIRALDO, 2017).</p> <p>Mesmo com certos avanços na área internacional, como a ratificação da convenção 169 da OIT — um instrumento legal específico para lidar com direitos de povos tradicionais —, não houve progressos significativos.</p> <p>Há casos também do governo se propor a reconhecer somente alguns dos povos indígenas, excluindo outros, além de leis para indígenas sem a participação desses no debate legal (IWGIA, 2017-?e).</p> | <p>Indigenous peoples in Panama, relatório em inglês pela <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i>.</p> <p>A represa Barro Blanco no Panamá começará operar apesar da oposição indígena, matéria em espanhol do jornal Mongabay Latam.</p> |
| <p>Dados de 2018 revelam um número extremamente alto de pessoas entre 15 e 24 anos alfabetizadas no país, chegando aos 99,1%. Entretanto, dados de 2017 mostram que o ingresso no ensino fundamental fora de somente 86,2%, caindo para 63,8% no ensino médio. Isso pode ser explicado pelo trânsito de estrangeiros no país, assim como pode mostrar uma queda no índice de pessoas alfabetizadas em um futuro a médio prazo.</p> <p>Dados de 2011 estimam que o Panamá investe cerca de 3,2% do seu PIB na educação.</p> | <p>Perfil nacional sociodemográfico, relatório da base de dados da CEPAL – ONU.</p> |



| | |
|---|---|
| <p>2019 – Más de 76 mil jóvenes y adultos han aprendido a leer y escribir en la última década “Panamá, através do Ministério da Educação, está aplicando o modelo cubano <i>Yo, Sí Puedo</i> que tem duração de sete semanas, período este em que os estudantes recebem 65 classes teóricas e práticas. Se trata de um programa básico de escrita que os ensina a escrever seus nomes e redigir uma carta básica.”</p> <p>2019 – 91,797 personas en Panamá no saben leer ni escribir “(...) há ainda quase 100.000 pessoas presas a essa métrica de desigualdade. Algo que é "obsceno" para o sociólogo Alonso Manrique. E se acrescentarmos a estes dados o facto de 50% dos jovens que entram na escola não atingirem o sexto ano, a repetição, as centenas de jovens que não chegam à universidade, a baixa qualidade do ensino público e privado, há uma falência não só na educação, mas em todo o espectro dos direitos sociais e culturais, explica o perito.”</p> | <p>“Más de 76 mil jóvenes y adultos han aprendido a leer y escribir en la última década”, site do Ministério do Desenvolvimento Social panamenho, em espanhol.</p> <p>“91,797 personas en Panamá no saben leer ni escribir”, reportagem, em espanhol, do site “<i>La Estrella de Panamá</i>”.</p> |
|---|---|

| Paraguai | |
|--|---|
| Tópicos | Links |
| <p>A cultura paraguaia é fortemente influenciada pelos povos tradicionais que habitam ou habitavam a região. Além do espanhol, o guaraní é reconhecido como uma língua oficial do Paraguai. Em 2012, cerca de 2% da população se identificava como indígena. Esse grupo está dividido em 19 povos distribuídos em 5 famílias linguísticas (IWGIA, [201-?]b).</p> | <p>https://www.iwgia.org/es/paraguay.html (Em espanhol - Texto da IWGIA - <i>International Group for Indigenous Affairs</i> - sobre os povos tradicionais do Paraguai e seus principais desafios).</p> |
| <p>Os direitos dos povos tradicionais, incluindo o direito a uma educação que atenda às suas especificidades étnicas, são garantidos pela</p> | <p>https://www.iwgia.org/es/paraguay/3403-mi-2019-paraguay.html (Em espanhol - Outro texto da IWGIA, focado no direito indígena)</p> |



| | |
|--|---|
| <p>Constituição de 1992. Ainda no âmbito legal, o país ratificou a maioria dos tratados internacionais referentes à proteção dos direitos indígenas. No entanto, tais direitos ainda são constantemente violados (CÁCERES, 2019).</p> | <p>e no acesso à educação pelos povos tradicionais).</p> |
| <p>Em 2018, o Paraguai registrou uma taxa de analfabetismo de 6,6%, um retrocesso em relação aos 4,4% de 2015 (ABC, 2019).</p> | <p>https://www.abc.com.py/especiales/fin-de-semana/2019/09/08/analfabetismo-aumento-en-paraguay-en-los-ultimos-tres-anos-segun-en-cuesta/ (Em espanhol - Reportagem que desenvolve sobre os desafios de atingir o Analfabetismo Zero no Paraguai, com destaque para os povos indígenas).</p> |
| <p>Apesar dos desafios à frente, o país apresentou avanços nas últimas décadas, ampliando o acesso a todos os níveis de educação, e trabalhando para tornar a educação inicial e média gratuita e obrigatória (UNICEF PARAGUAY, 2018).</p> | <p>https://www.unicef.org/paraguay/educacion (Em espanhol - Artigo da UNICEF acerca da situação educacional no Paraguai).</p> |

| Peru | |
|---|--|
| Tópicos | Links |
| <p>Mais de 4 milhões de indígenas habitam o Peru, sendo que mais de 80% destes fazem parte do grupo Quechua. No total, são 55 grupos que falam 47 idiomas. Seus direitos são garantidos por convenções internacionais das quais o Peru faz parte, como o Convênio sobre os Povos Indígenas 169 da OIT. O país também votou a favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (URBINA; ZANELLI, 2019).</p> | <p>https://www.iwgia.org/es/peru/3404-mi2019-peru.html (Em espanhol - Relatório da IWGIA acerca dos povos tradicionais peruanos e das principais ameaças à sua sobrevivência).</p> |
| <p>No entanto, os direitos indígenas são constantemente ameaçados pela atividade</p> | <p>https://www.iwgia.org/es/peru/3404-mi2019-peru.html (Em espanhol - O relatório da</p> |



| | |
|--|--|
| <p>extrativista na Amazônia e pela falta de implementação eficaz das medidas de proteção, por exemplo (URBINA; ZANELLI, 2019).</p> | <p>IWGIA também traz informações relevantes acerca dos desafios à implementação dos direitos dos povos indígenas no Peru).</p> |
| <p>Em 2018, o Peru registrou uma taxa de analfabetismo de 5,9%, uma evolução em relação aos 7,1% registrados 5 anos antes (PERÚ 21, 2018).</p> | <p>https://peru21.pe/lima/peru-tasa-analfabetismo-reducido-ultimos-cinco-anos-mndc-426696-noticia/ (Em espanhol - Notícia acerca da evolução da taxa de analfabetismo no Peru)</p> |
| <p>Porém, em relação aos demais países da América do Sul, o Peru é um dos que menos investe em educação, por volta de 3,7% do PIB. Isso tem consequências na falta de infraestrutura da educação indígena peruana (RPP NOTÍCIAS, 2018).</p> | <p>https://rpp.pe/campanas/contenido-patrocinado/5-retos-que-enfrenta-la-educacion-en-el-peru-noticia-1156259 (Em espanhol - Reportagem em espanhol que analisa os desafios da educação peruana nos próximos anos).</p> |
| <p>Apesar disso, o governo do Peru ressaltou o seu comprometimento com a preservação das culturas e línguas dos povos tradicionais andinos por meio da educação, como pode ser visto na Declaração Especial para o Ano Internacional das Línguas Indígenas, assinada em conjunto com Colômbia, Equador e Bolívia (PERU, 2019).</p> | <p>https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/28795-declaracion-especial-ano-internacional-de-las-lenguas-indigenas (Em espanhol - Link para a Declaração na íntegra).</p> |

| República Dominicana | |
|---|---|
| Tópicos | Links |
| <p>A República Dominicana relata avanços no quesito da alfabetização. Por meio do Plan Nacional de Alfabetización Quisqueya Aprende Contigo, o governo dominicano pretende declarar o país livre do analfabetismo, o que, segundo a concepção da UNESCO, representa ter uma taxa de analfabetismo inferior a 5% (REPUBLICA DOMINICANA, 2020).</p> | <p>https://digepep.gob.do/noticias/delegado-de-la-unesco-conoce-los-avances-en-materia-de-alfabetizacion (Em espanhol - Notícia sobre a visita do delegado da UNESCO ao país, ressaltando os esforços do governo na alfabetização).</p> |



| | |
|--|---|
| <p>Segundo o UNICEF, o governo dominicano, cuja Constituição prevê a obrigatoriedade de que se cumpram 12 anos de escolaridade, vem tomando medidas que visam universalizar o acesso à educação e melhorar a sua qualidade, de modo que a taxa de investimento na área aumentou nos últimos anos, enquanto que o acesso à educação primária foi quase universal. No entanto, o prolongado período de baixos investimentos em educação, a violência e o abandono escolar mostram que ainda existem muitos desafios pela frente (UNICEF REPUBLICA DOMINICANA, 2019).</p> | <p>https://www.unicef.org/dominicanrepublic/educaci%C3%B3n (Em espanhol - Análise do UNICEF sobre a situação da educação na República Dominicana, procedida de soluções sugeridas pela entidade).</p> |
| <p>A população nativa do que é hoje a República Dominicana consistia, em sua maioria, dos povos taínos. No entanto, poucos sobreviveram aos séculos de colonização, de forma que, hoje em dia, apenas 500 indivíduos restam da população nativa (REPUBLICA DOMINICANA LIVE, [201-?]).</p> | <p>http://www.republica-dominicana-live.com/republica-dominicana/diversos/los-tainos.html (Em espanhol - Descrição dos taínos, sua história, cultura, religião, população, estrutura socio-política).</p> |
| <p>A diplomacia dominicana reflete compromisso em se alinhar, na área de educação, às Metas para 2021 da OEI, além de outras metas regionais e os objetivos do programa Educação para Todos, da UNESCO, na busca por uma política educacional regional (REPUBLICA DOMINICANA, 2014).</p> | <p>https://www.mirex.gob.do/medios/noticias/ancilleres-del-sica-buscan-consolidar-politicas-educativas-y-sistema-estadistico (Em espanhol - Comunicado do governo dominicano a respeito da posição do país na busca por uma política educacional regional).</p> |

| Suriname | |
|---|--|
| Tópicos | Links |
| <p>Em 2018, o Suriname registrou uma taxa de alfabetização de 98,6% para a população na</p> | <p>https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=SUR&idioma=</p> |



| | |
|---|---|
| <p>faixa de 15 e 24 anos. Enquanto a educação primária apresentou uma taxa de matrícula de 86%, a educação secundária apresentou uma taxa de 57,8% (CEPALSTAT, 2020).</p> | <p>spanish (em espanhol – informações do perfil sócio-demográfico do Suriname segundo o CEPALSTAT).</p> |
| <p>As taxas de conclusão dos níveis de educação são menores para crianças de áreas rurais, de menor renda, e de comunidades tradicionais (UNICEF, 2019).</p> | <p>https://www.unicef.org/guyanasuriname/sites/unicef.org.guyanasuriname/files/2020-03/Suriname-MICS-EAGLE-education-factsheet-English_2019-final.pdf (em inglês - link para o Suriname Education Fact Sheets. Informações referentes às taxas de conclusão dos níveis de ensino estão nas páginas de 5 a 10).</p> |
| <p>Os povos tradicionais do Suriname somam um total de 20.344 pessoas, ou 3,8% da população. Os principais povos são os Kaliña, Lokono, Trio e Wayana (OORT, 2019).</p> | <p>https://www.iwgia.org/en/suriname/3409-iw-2019-suriname.html?highlight=WyJzdXJpbmFtZSIsInN1cmluYW11J3MiXQ== (em inglês – artigo da <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i> sobre os indígenas do Suriname).</p> |
| <p>Apesar de ter votado a favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a legislação do Suriname ainda herda muito do período colonial, e faltam leis reconhecendo os principais direitos indígenas. No entanto, visando mudar essa situação, as lideranças indígenas do país vêm se articulando em associações como o VIDS - Vereniging van Inheemse Dorpschoofden in Suriname (IWGIA, [201-?]f).</p> | <p>https://www.iwgia.org/en/suriname.html?highlight=WyJzdXJpbmFtZSIsInN1cmluYW11J3MiXQ== (em inglês – perfil do <i>International Work Group for Indigenous Affairs</i> para os povos indígenas do Suriname).</p> |

| Timor-Leste | |
|--|--|
| Tópicos | Links |
| <p>Para a Educação Pré-Escolar: As crianças com idades compreendidas entre os três e os cinco anos de idade terão acesso à Educação</p> | <p>Plano Nacional Estratégico da Educação 2011-2030 Governo de Timor-Leste, documento referente à situação educacional, aos desafios, possíveis soluções e estratégias</p> |



Pré-Escolar em uma escola perto da sua área de residência. Nela desenvolverão competências e conhecimentos que as preparem para o aproveitamento no Ensino Básico. As famílias, as comunidades e a administração local serão envolvidos no processo de tomada de decisões e, por meio de esforços colaborativos, serão criadas escolas que cumpram todos os requisitos de qualidade da Educação Pré-Escolar (Ministério da Educação, Timor-Leste, 2011).

Para o Ensino Básico: O Ensino Básico é universal, obrigatório e gratuito. A reforma do Ensino Básico basear-se-á nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Aos seis anos de idade, todas as crianças terão acesso ao Ensino Básico. Depois de concluírem os nove anos de escolaridade, serão fluentes em ambas as línguas oficiais e terão aprendido o inglês como primeira língua estrangeira. Desenvolverão sólidas competências matemáticas e de literacia, e adquirirão as competências básicas, bem como os valores fundamentais da identidade nacional, da história e cultura timorense (Ministério da Educação, Timor-Leste, 2011).

Para o Ensino Secundário: Quando os alunos tiverem completado o Ensino Básico, estarão habilitados a ingressar no Ensino Secundário e a adquirir os conhecimentos científicos, humanísticos e técnicos de base necessários à prossecução dos seus estudos. Os alunos irão aprender a aplicar este conhecimento no setor produtivo em Timor-Leste, estando preparados para ingressar no mercado de trabalho. Poderão, ainda dar continuidade aos seus estudos, se assim o entenderem, nos níveis universitário e politécnico (Ministério da Educação, Timor-Leste, 2011).

governamentais para a melhoria do ensino timorense. Recomenda-se a leitura do capítulo 1 para maiores detalhes.



| | |
|--|--|
| <p>Os dados mais recentes disponíveis (2008-2011) apontam o Timor-Leste entre os quatro primeiros países em porcentagem de PIB investida em educação, nas posições de 4º lugar em 2008, 2º em 2009 e 2010, atrás apenas de Cuba, e em 1º lugar no ano de 2011.</p> | <p>Ranking de Gasto Público com Educação (em % do PIB), disponível em português.</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • 1 em cada 40 crianças no Timor-Leste abandonam a escola primária; • 1 em cada 4 alunos em idade escolar referente ao ensino médio (15 a 17 anos) estão fora da escola; • 23,9% dos alunos de primeiro ano são repetentes; • 58,5% das escolas do Timor-Leste (pré-escolas, ensino fundamental e médio) melhoraram o seu fornecimento de água potável. | <p>Sustainable Development Goals: Child Data Book 2018 UNICEF - Timor-Leste, O presente relatório do UNICEF Timor-Leste aborda os ODS no país, contendo informações relevantes acerca da Educação de Qualidade (ODS 4) no país que podem ser encontradas a partir da página 15 do documento (em inglês).</p> |
| <p>Em tabelas e gráficos comparativos, torna-se visível o crescimento da taxa de alfabetização no país ao longo dos anos. Contudo, ainda há uma disparidade de gênero nesse quesito, presente que 64,21% das mulheres adultas são alfabetizadas em comparação a 71,87% dos homens adultos.</p> <p>A maior taxa de alfabetização do país está concentrada nas mulheres jovens na faixa dos 15 aos 24 anos, com 84,65%.</p> | <p>Timor-Leste - Taxa de alfabetização 2018, dados acerca da taxa de alfabetização no país divididas por idade e gênero, disponível em português.</p> |
| <p>Este estudo feito em 2016 apresenta um contexto histórico frente a situação atual do país e os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas locais quanto à violação de seus direitos. Entre essas violações se destacam as contra as mulheres indígenas, grupo que previamente foi submetido à estupros, torturas e outros crimes contra a humanidade na formação do</p> | <p>Observations on the State of Indigenous Human Rights in Timor-Leste Prepared for: The 26th Session of the United Nations Human, artigo do <i>Cultural Survival</i>, uma organização internacional para direito dos indígenas.</p> <p>Recomenda-se a leitura do ponto VI: <i>Current Rights Violation</i> para maiores</p> |



| | |
|--|---|
| <p>país, o que contribuiu para a sua maior vulnerabilidade à violência doméstica.</p> <p>Apresenta também informações mais detalhadas diante ao processo de assimilação linguística desde a colonização.</p> | <p>esclarecimentos. Não é necessária a leitura completa do artigo (em inglês).</p> |
| <p>Na contemporaneidade, políticas para o fortalecimento da instrução básica primária em línguas maternas no Timor se fazem presentes, sob o argumento de que, se as crianças não aprenderem em suas línguas maternas no ensino primário, certamente em pouco tempo essas línguas desaparecerão, pois não possuem um fortalecimento por meio de uma literatura que as estabeleça no meio social. [...] O português é falado por uma elite, composta em sua maioria por professores universitários, funcionários públicos, políticos, intelectuais e pessoas mais velhas. Por outro lado, o plurilinguismo que de fato marca a identidade do timorense se fortalece e ganha evidência, pois ele naturalmente é um poliglota, falando no mínimo três línguas – o tétum, sua língua materna, mais o bahasa indonésio ou o inglês, quando não as duas últimas, estando o português sempre em segundo plano na preferência de aprendizagem ou de uso (MAIA & CARNEIRO, 2018).</p> <p>Mas um fenômeno é notável em Timor: todos os que completam seu ciclo de escolarização até o nível superior, nas graduações e nas pós-graduações, aprendem o português, por uma simples razão: boa parte da bibliografia utilizada nos cursos, ou está em português ou em inglês, o que leva o estudante universitário a aprendê-las. Assim, uma possível identidade timorense como falantes definitivos da língua portuguesa talvez venha a ser estabelecida quando houver a universalização do acesso ao nível superior das novas gerações (MAIA & CARNEIRO, 2018).</p> | <p>O desafio do Timor-Leste atual: em busca de uma identidade nacional ligada à língua portuguesa Remate de Males</p> |



| | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Apenas 20% das crianças em idade pré-escolar no Timor-Leste estão matriculadas na escola; • Quase 37% dos jovens de áreas rurais (entre 15 e 24 anos) são analfabetos, em comparação com apenas 6% nas áreas urbanas; • Aproximadamente 70% dos alunos de primeiro ano não alcançam resultados básicos de aprendizagem; • 66% das escolas de educação básica não possuem banheiros funcionais; • 40% das escolas de educação básica não possuem água potável. <p>“Para alcançar crianças em áreas remotas, o UNICEF apoia o Governo do Timor-Leste na criação de um modelo sustentável de pré-escolas comunitárias como uma alternativa para programas de aprendizagem precoce. Também estamos ajudando a modelar um programa de prontidão escolar para ajudar crianças em áreas remotas na transição de casa e pré-escola para a primeira série” (UNICEF, 2018).</p> | <p>Quality Education UNICEF Timor-Leste, página do UNICEF Timor-Leste dedicada a apresentar os desafios e as soluções acerca da situação educacional do país (em inglês).</p> |
|---|---|

| Uruguai | |
|--|---|
| Tópicos | Links |
| <p>No Uruguai, 98,7% da população com 15 anos ou mais é alfabetizada.</p> | <p>https://datos.bancomundial.org/indicador/SE.ADT.LITR.ZS?end=2018&start=2018&view=map (Indicadores sobre alfabetização no Uruguai, fornecidos pelo Banco do Mundial)</p> |
| <p>Vale destacar que no Uruguai a reformulação dos currículos educacionais e a produção de materiais didáticos fazem</p> | <p>https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44269/1/S1800949_es.pdf (A educação intercultural bilingue e a abordagem intercultural nos sistemas</p> |



| | |
|---|---|
| <p>parte do Plano de Trabalho para Afrodescendentes 2015-2020 do Ministério do Desenvolvimento Social e Direcção Nacional de Promoção Sociocultural. Nesse contexto, o Guia Didático de Educação e ascendência africana (2016) para que os professores possam trabalhar em situações discriminação racial na sala de aula e, ao mesmo tempo, evitá-las através de exercícios práticos de conscientização. Anteriormente, através da Lei nº 19122 (2013), o Uruguai já havia estabelecido como “de interesse geral que os Programas educacionais e de formação de professores incorporam o legado das comunidades afrodescendentes na história, sua participação e contribuições na formação da nação, em suas diversas expressões culturais (arte, filosofia, religião, conhecimento, costumes, tradições e valores), bem como sobre seu passado de escravidão, tráfico e estigmatização, promovendo a respectiva investigação nacional ” (URUGUAI, LEI Nº 19122, 2013)</p> | <p>educacionais latino-americanos / Avanços e desafios/ em espanhol)</p> |
| <p>Na República Oriental do Uruguai a Constituição e a norma legal estabelecem em 10 anos o ensino obrigatório, um ano da Educação Inicial para todas as crianças de 5 anos, 6 anos de Educação Primária e 3 anos do Ciclo Básico da Educação Média. Os 10 anos de ensino além de obrigatórios são, ainda, gratuitos, o que vem garantindo aos usuários um amplo serviço de qualidade assegurado pelo Estado. No Sistema Educacional Uruguaio também são gratuitos o Segundo Ciclo de Educação Média e a Educação Superior, desta fazem parte a “Universidad de la República”, Institutos de Formação de Docentes, Escolas Militares e Escola Nacional de Polícia.</p> <p>Os objetivos centrais da atual política educativa, aprovados pela Lei Nº 16736 de 5 de janeiro de 1996 são:</p> | <p>https://eduruguai.wordpress.com/sintese/ (Blog sobre educação no Uruguai)</p> |



| | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">● A consolidação da igualdade social;● A valorização da formação e da função docente;● O melhoramento da qualidade da educação; <p>O fortalecimento da gestão institucional. O Sistema Educativo Uruguaio está organizado em 4 níveis:</p> <ul style="list-style-type: none">● Educação Pré-escolar;● Educação Primária;● Educação Média: ciclo básico e bacharelato;● Educação Terciária ou Superior. | |
| <p>O Uruguai se considera o único país da América Latina sem comunidades indígenas. Contudo, grupos de ativistas reivindicam que os povos originários nunca se extinguíram, e 5% da população se declara descendente dos primeiros habitantes do território. Os charruas formaram a etnia indígena predominante no Uruguai. Formados por um conjunto de povos como os yaros, os chanás, e os guenoas-minuanos, habitaram os territórios do atual Uruguai antes da chegada dos primeiros europeus. O Uruguai e as Guianas são os únicos países da América Latina que não assinaram o convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que compreende especificamente os direitos dos povos indígenas e <i>tribais</i>.</p> <p>No ‘Fórum Convênio 169 da OIT: Avanços para a sua Implementação no Uruguai’, realizado em 2014, representantes do Ministério de Desenvolvimento Social expressaram sua ‘firme convicção’ para que o Uruguai assinasse o tratado.</p> <p>O convênio foi ratificado por 22 países, a maior parte deles localizados na América Latina, e reconhece o direito às formas próprias de desenvolvimento dos povos</p> | <p>https://exame.com/mundo/uruguai-rejeita-mito-de-pais-sem-indios/ (Reportagem da Exame: Uruguai rejeita mito de país sem índios)</p> |





originais e as garantias para a autoidentificação como indígenas. Nele, também se estabelece a obrigatoriedade de consultar os nativos perante ações que possam interferir em seus territórios, e permite a proteção de seus locais sagrados. Dado o debate acerca da presença ou não de povos tradicionais no território uruguaio, é de se esperar que medidas educacionais voltadas a esses povos sejam muito raras, senão inexistentes.

UNICEF

Tópicos

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recebeu da Assembleia Geral da ONU o mandato de defender e proteger os direitos de crianças e adolescentes, ajudar a atender suas necessidades básicas e criar oportunidades para que alcancem seu pleno potencial. O UNICEF é guiado pela Convenção sobre os Direitos da Criança e é o principal defensor global de meninas e meninos.

O UNICEF foi criado no dia 11 de dezembro de 1946, por decisão unânime da Assembleia Geral da ONU, para fornecer assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China. Em 1953, tornou-se órgão permanente do sistema das Nações Unidas e teve seu mandato ampliado para chegar a crianças e adolescentes em todo o mundo. Em 1965, o UNICEF recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

O UNICEF desenvolve o seu trabalho por meio de sete escritórios regionais e mais de 150 escritórios espalhados pelo mundo. Existem ainda 34 Comitês Nacionais que arrecadam fundos com a ajuda de

Links

<https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef#:~:text=O%20Fundo%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,que%20alcance m%20seu%20pleno%20potencial.>

(Site oficial do UNICEF)





| | |
|--|--|
| <p>voluntários. A sede da organização encontra-se em Nova Iorque.</p> | |
| <p>Em 144 países ao redor do mundo, o UNICEF trabalha para oferecer oportunidades de aprendizado que preparem crianças e adolescentes com os conhecimentos e habilidades necessários para prosperar.</p> <p>As principais áreas do trabalho da UNICEF em educação incluem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Acesso: acesso com igualdade de gênero à educação de qualidade, desde a primeira infância até a adolescência, inclusive para crianças com deficiência, crianças marginalizadas e pessoas que vivem em contextos humanitários e de emergência.• Aprendizado e habilidades: resultados de aprendizagem de qualidade e desenvolvimento de habilidades que provêm de sistemas educacionais sólidos e soluções inovadoras.• Emergências e contextos frágeis: Aprendizado e proteção aprimorados para crianças em emergências e em movimento. <p>A lição da crise de aprendizado é clara: os negócios como de costume não estão melhorando os resultados do aprendizado. Uma abordagem nova e mais radical que se concentra no aprimoramento da aprendizagem está muito atrasada e forma a base da estratégia educacional global do UNICEF.</p> <p>Para construir um mundo em que todas as crianças aprendam, o UNICEF promoverá cada vez mais a equidade e a inclusão. Isso inclui a realização de esforços direcionados para crianças excluídas com base em gênero,</p> | <p>https://www.unicef.org/education (Em inglês, seção de atuação da UNICEF)</p> |



| | |
|--|---|
| <p>deficiência, pobreza, etnia e idioma, bem como aquelas que são deslocadas ou afetadas por emergências.</p> | |
| <p>Na América Latina, as áreas estratégicas de trabalho do UNICEF são:</p> <ul style="list-style-type: none">• Melhorar o acesso à educação de qualidade e equidade na educação, inclusive em ambientes frágeis e humanitários.• Aprimorar o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades, mesmo em ambientes frágeis e humanitários.• Desenvolvimento integrado da primeira infância, incluindo aprendizado precoce, inclusive em ambientes frágeis e humanitários. | <p>https://www.unicef.org/lac/invertir-en-educaci%C3%B3n</p> <p>(Em espanhol, seção sobre atuação da UNICEF na América Latina e Caribe)</p> |
| <p>A América Latina e o Caribe progrediram no aumento das matrículas no ensino pré-escolar, primário e secundário nas últimas décadas. No entanto, ainda existem lacunas no acesso e na conclusão da educação, pois 14 milhões de crianças e adolescentes entre 7 e 18 anos de idade estão fora do sistema educacional. Na região, 1,6 milhão de meninos e meninas são excluídos do ensino pré-primário e 3,6 milhões estão fora da escola primária. A situação é mais crítica no nível secundário, onde 2,8 milhões de crianças e adolescentes abandonam o ensino médio e 7,6 milhões no ensino médio. A porcentagem de crianças e adolescentes que não frequentam a escola nos primeiros anos do ensino médio na América Latina e no Caribe é de 7,7%, quase 4 vezes mais do que nos países desenvolvidos (2,1%).</p> <p>Crianças e adolescentes que vivem em comunidades remotas, áreas vulneráveis, comunidades indígenas ou comunidades</p> | <p>https://www.unicef.org/lac/invertir-en-educaci%C3%B3n</p> <p>(Em espanhol, seção sobre atuação da UNICEF na América Latina e Caribe)</p> |



| | |
|--|--|
| <p>expostas à violência, bem como aqueles que vivem com deficiência e sofrem discriminação étnica e de gênero, são mais afetados e têm mais probabilidade de sofrer maiores barreiras no exercício do direito à educação (UNICEF, 2020).</p> <p>As crianças indígenas melhoraram seu acesso à educação primária, mas o acesso à educação secundária não é tão comum, com cerca de 30% dos adolescentes indígenas fora da escola e muitos deles com educação de baixa qualidade. 7 em cada 10 crianças com deficiência não frequentam a escola e mais de 8 milhões dessas crianças e adolescentes correm o risco de serem excluídas (UNICEF, 2020).</p> | |
|--|--|

| Venezuela | |
|---|---|
| Tópicos | Links |
| <p>A taxa de alfabetização da Venezuela é de 96,6% para adultos de acima de 15 anos e de 99% para adultos de 15 a 24 anos.</p> | <p>https://www.cepal.org/es/publicaciones/45353-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2019-statistical-yearbook-latin (Anuário Estatístico da CEPAL com dados referentes à 2019)</p> |
| <p>Os bons índices acima têm a contribuição do projeto de cooperação internacional para combater o analfabetismo, focado, sobretudo, na América Latina e proposto por Relys, que ganhou o nome de “Yo, sí puedo” [Sim, eu posso]. O programa lança mão de recursos audiovisuais, como vídeo e televisão, e utiliza os algarismos para facilitar o processo de aprendizado da leitura e da escrita. No caso da Venezuela, país que foi declarado livre do analfabetismo em 2005, conseguiu-se alfabetizar um milhão de pessoas em menos de seis meses nas 34 línguas e etnias existentes no país, pois o</p> | <p>https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/11/economia/1484157646_626884.html (Sim, eu posso acabar com o analfabetismo, reportagem do El País publicada em 2017)</p> |



| | |
|--|---|
| <p>próprio programa possui uma etapa prévia de preparação e adequação para o local onde será aplicado (EL PAÍS, 2017).</p> | |
| <p>Dado o atual cenário político e social do país, o fornecimento de educação, assim como de outros direitos fundamentais, recai muitas vezes nos países de destino de sua população refugiada, isto é, em países vizinhos como Brasil e Colômbia. A primeira edição do Relatório de Atividades para Populações Indígenas da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), referente a março, aponta que aproximadamente 5 mil refugiados e migrantes indígenas foram registrados em território brasileiro. Desde 2018, o ACNUR registra a entrada no Brasil de indígenas vindos da Venezuela.</p> <p>Desse total, 3,2 mil são solicitantes da condição de refugiado, ou seja, se enquadram legalmente como indivíduos que deixaram seu país e território forçadamente devido a fundado temor de perseguição ou contínua violação de direitos humanos.</p> | <p>https://www.acnur.org/portugues/2020/06/03/relatorio-do-acnur-revela-que-maioria-dos-indigenas-venezuelanos-registrados-no-brasil-sao-solicitantes-de-refugio/ (Relatório do ACNUR revela que 65% dos indígenas venezuelanos registrados no Brasil são solicitantes de refúgio, reportagem publicada pela ACNUR em 2020).</p> |

5. Perguntas a serem respondidas pelo Documento de Resolução

- Qual é a melhor maneira de erradicar o analfabetismo na América Latina e instaurar uma educação de qualidade que respeite a interculturalidade de todas as comunidades tradicionais presentes na região?
 - Não pense na questão das individualidades como algo que viria a dificultar a execução desse projeto, mas sim algo que iria engrandecê-lo! A pluralidade deve ser vista como sinônimo de enriquecimento.
- Como é possível superar séculos de atraso econômico e o passado colonial até hoje presente na América Latina?
- Em que medida a economia e a educação de qualidade estão atreladas? E o analfabetismo zero?





- De que maneira o acesso à cultura poderia mudar a conjuntura latino americana de racismo e rejeição quanto à sua própria história e às comunidades tradicionais?
- Seria possível um projeto ou programa de escala continental no qual cada país se comprometeria a cumprir?
 - Caso resposta negativa, pense em modelos de cooperação entre os países apresentados para o fim do analfabetismo e da implementação de uma educação de qualidade em todos os países.

6. Para saber mais: indicações da OEI

- “[Quem são eles?](#)”, documentário pela TV Escola.
- “[As comunidades tradicionais e a relação com a terra](#)”, Isabela da Cruz TEDxParquedasNaçõesWomen.
- “[Santuário](#)”, música pela Banda Jenipapo.
- “[Meu Amigo Nietzsche](#)”, documentário por Fáuston da Silva e HOJE FILMES.
- “Educação e diferenças culturais na América Latina”, partes [I](#), [II](#) e [III](#), pelo blog Observatório da Juventude.
- “[Os povos indígenas na América Latina](#)”, vídeo informativo da CEPAL.
- “[Programa Caminhos da Escola](#)”, especial Educação Quilombola, programa da TV Escola.
- “[Educação para a diversidade](#)”, TV Escola.
- “[Todo dia é dia de índio, a educação intercultural das escolas indígenas](#)”, informativo do Governo do Ceará sobre o ensino intercultural no estado.
- “[12 filmes para refletir sobre descolonização da educação e povos indígenas](#)”, Geledés.
- “[Mborayhu - o espírito que nos une](#)”, documentário da Fiocruz sobre tradições dos povos indígenas brasileiros.
- “[Vozes Indígenas da América Latina: "Nós somos o documento da Terra"](#)”, canal 350 Brasil.
- “[Os desafios da educação nas aldeias quilombolas](#)” canal Futura.

7. Referências Bibliográficas

ANALFABETISMO aumentó en Paraguay en los últimos años, según encuesta. **abc**, 8 set. 2019. Disponível em:

<https://www.abc.com.py/especiales/fin-de-semana/2019/09/08/analfabetismo-aumento-en-paraguay-en-los-ultimos-tres-anos-segun-encuesta/>. Acesso em: 9 mai. 2020.

APÓS 30 anos, índios falam de genocídio na Guatemala. *In*: **BBC**. 19 maio 2013. Disponível em:





<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130519_guatemala_massacre_ixis_cc>.
Acesso em: 17 ago. 2020.

AYALA, Edgar. O analfabetismo tem rosto de mulher em El Salvador. *In: Inter Press Service*. 2015. Disponível em:
<<http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2015/01/ultimas-noticias/o-analfabetismo-tem-rosto-d-e-mulher-em-el-salvador/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e Letramento**: Caderno do Professor. Minas Gerais: Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2005.

Bolsonaro no Chile: como a Escola de Chicago transformou país latino-americano em laboratório do neoliberalismo. *In: BBC*. 23 mar. 2019. Disponível em:
<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47672026>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CÁCERES, Mário J. B. **Mundo Indígena 2019: Paraguay**. IWGIA: 24 abril 2019.
Disponível em: <https://www.iwgia.org/es/paraguay/3403-mi2019-paraguay.html>. Acesso em: 9 mai. 2020.

CALERO, Mabel. En el 2017 aumentó el analfabetismo en Nicaragua, revela Fideg. *In: La Prensa*. 19 maio 2013. Disponível em:
<<https://www.laprensa.com.ni/2018/10/01/economia/2479453-en-el-2017-aumento-el-analfabetismo-en-nicaragua-revela-fideg>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CARVAJAL-JIMÉNEZ, Vivian; CUBILLO-JIMÉNEZ, Kenneth A.; VARGAS-MORALES, Marielos. **Poblaciones indígenas de Costa Rica y su acceso a la educación superior. División de Educación Rural: Una alternativa de formación**. Revista Electrónica Educare, vol. 21, núm. 3, 2017.

CEPALSTAT. **Chile: Perfil Nacional Sociodemográfico**. Nações Unidas, 2020. Disponível em:
<https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=CHL&idioma=spanish>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CEPALSTAT. **El Salvador: Perfil Nacional Sociodemográfico**. Nações Unidas, 2020.
Disponível em:





<https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=SLV&idioma=spanish>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CEPALSTAT. **Ecuador: Perfil Nacional Sociodemográfico.** Nações Unidas, 2020.

Disponível em:

<https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=ECU&idioma=spanish>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CEPALSTAT. **Guatemala: Perfil Nacional Sociodemográfico.** Nações Unidas, 2020.

Disponível em:

<https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=GTM&idioma=spanish>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CEPALSTAT. **Nicarágua: Perfil Nacional Sociodemográfico.** Nações Unidas, 2020.

Disponível em:

<https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=NIC&idioma=spanish>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CEPALSTAT. **Panamá: Perfil Nacional Sociodemográfico.** Nações Unidas, 2020.

Disponível em:

<https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=PNM&idioma=spanish>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CEPALSTAT. **Suriname: Perfil Nacional Sociodemográfico.** Nações Unidas, 2020.

Disponível em:

<https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=SUR&idioma=spanish>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CHANDIRAMANI, Rekha. 91,797 personas en Panamá no saben leer ni escribir. *In: La Estrella de Panamá.* 15 set. 2019. Disponível em:

<<https://www.laestrella.com.pa/nacional/190915/91-797-panama-personas>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CHILE. [Constituição (1990)]. **Constitución Política de la República de Chile de 1990.**

Washington D.C.: Organización dos Estados Americanos. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_chile.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.





CINCO retos que enfrenta la educación en el Perú. **RPP Noticias**, 30 out. 2018. Disponível em:
<https://rpp.pe/campanas/contenido-patrocinado/5-retos-que-enfrenta-la-educacion-en-el-peru-noticia-1156259>. Acesso em: 9 mai. 2020.

COSTA RICA. **Marco Nacional de Cualificaciones de la Educación y Formación Técnica Profesional de Costa Rica**. San José, 2018.

CUBA. La educación es una prioridad para el Estado cubano, argumenta Cuba en Naciones Unidas. **Ministerio de Relaciones Exteriores**, 27 jan. 2020. Disponível em:
<http://www.minrex.gob.cu/es/node/1474>. Acesso em: 9 mai. 2020.

CUBA. Lei s/n, 6 de junho de 1961. Ley de Nacionalización General y gratuita de la Enseñanza. **OEI**, Madrid, 1997.

EDUCACIÓN: buscamos que los niños, niñas y adolescentes tengan acceso a una educación inclusiva, pertinente y de calidad. **UNICEF Paraguay**, 30 out. 2018. Disponível em:
<https://www.unicef.org/paraguay/educacion>. Acesso em: 9 mai. 2020.

EDUCACIÓN: UNICEF promueve que la niñez y la adolescencia aprendan a lo largo de su crecimiento, accediendo a una educación inclusiva, pertinente y de calidad, y que garantice el desarrollo de sus potencialidades, incluyendo a niños y niñas con discapacidad. **UNICEF República Dominicana**, 20 mai. 2019. Disponível em:
<https://www.unicef.org/dominicanrepublic/educaci%C3%B3n>. Acesso em: 9 mai. 2020.

EDUCACIÓN para jóvenes y Adultos. *In*: **Ministerio de Educación**. Ecuador, 201-?. Disponível em: <<https://educacion.gob.ec/educacion-para-jovenes-y-adultos/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

EL analfabetismo en Chile y la región ¿En qué estamos hoy? *In*: **EL HERALDO: El Diario del Maule Sur**. 12 set. 2018. Disponível em:
<<http://www.diarioelheraldo.cl/noticia/el-analfabetismo-en-chile-y-la-region-en-que-estamos-hoy>>. Acesso em: 17 ago. 2020.





EL analfabetismo en Guatemala. In: **Fundación Ramiro Castillo Love**. 2 ago. 2019.

Disponível em:

<<https://blog.corporacionbi.com/fundacion-ramiro-castillo-love/analfabetismo-en-guatemala>>

. Acesso em: 17 ago. 2020.

EL SALVADOR. [Constituição (1983)]. Constitución de la República de El Salvador de 1983. Washington D.C.: Organización dos Estados Americanos. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_de_la_Republica_del_Salvador_1983.pdf>.

Acesso em: 17 ago. 2020.

EL SALVADOR: Perfil Nacional Sociodemografico. In: **CEPALSTAT. Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. 2020. Disponível em:

<https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=SLV&idioma=spanish>. Acesso em: 17 ago. 2020.

EN AMÉRICA LATINA y el Caribe sólo Cuba alcanzó los objetivos globales de la Educación para Todos en el período 2000-2015. **UNESCO**: 4 set. 2015. Disponível em:

<https://es.unesco.org/news/america-latina-y-caribe-solo-cuba-alcanzo-objetivos-globales-educacion-todos-periodo-2000-2015>. Acesso em: 9 mai. 2020.

EQUADOR. [Constituição (2008)]. Constitución de la República del Ecuador de 2008.

Washington D.C.: Organización dos Estados Americanos. Disponível em:

<https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GARZA, Jeffry. Costa Rica: Único Libre de Analfabetismo en América Latina. **La Republica**, 11 jan. 2016. Disponível em:

https://www.larepublica.net/noticia/costa_rica_unico_libre_de_analfabetismo_en_centroamerica. Acesso em: 9 mai. 2020.

GIRALDO , Camilo Mejía. La presa Barro Blanco en Panamá empezará a operar a pesar de la oposición indígena. In: **Mongabay Latam**. 29 mar. 2017. Disponível em:

<<https://es.mongabay.com/2017/03/la-presa-barro-blanco-panama-empezara-operar-pesar-la-oposicion-indigena/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.





GUATEMALA. [Constituição (2008)]. Constitución Política de la República de Guatemala de 1985. Washington D.C.: Organización dos Estados Americanos. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Guatemala.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INDIGENOUS peoples in Chile. **IWGIA**, [201-?]a. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/en/chile.html>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INDIGENOUS peoples in Ecuador. **IWGIA**, [201-?]b. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/en/ecuador.html>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INDIGENOUS peoples in Guatemala. **IWGIA**, [201-?]c. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/en/guatemala.html>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INDIGENOUS peoples in Nicaragua. **IWGIA**, [201-?]d. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/en/nicaragua.html>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INDIGENOUS peoples in Panama. **IWGIA**, [201-?]e. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/en/panama.html>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INDIGENOUS peoples in Suriname. **IWGIA**, [201-?]f. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/en/suriname.html>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

LOS TAÍNOS no se extinguieron en Cuba como cuenta la história. **Cubanet**, 26 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.cubanet.org/noticias/los-tainos-no-se-extinguieron-en-cuba-como-cuenta-la-historia/>>. Acesso em: 9 mai. 2020.

LUNA FIGUEROA, Laura; BOLOMEY CORDOVA, Carlos; CANIGUAN VELARDE, Natalia. Educación mapuche en el Chile neoliberal: análisis de tres escuelas de la región de La Araucanía. Sinéctica, Tlaquepaque, n. 50, jun. 2018. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-109X2018000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2020.





MARTÍNEZ, Andrea M. W. **El derecho de los Pueblos Indígenas a la educación**. Observatorio Educativo Ciudadano, 2019.

MÁS de 76 mil jóvenes y adultos han aprendido a leer y escribir en la última década. *In: Ministerio de Desarrollo Social*. 10 set. 2019. Disponível em: <<https://www.mides.gob.pa/mas-de-76-mil-jovenes-y-adultos-han-aprendido-a-leer-y-escribir-en-panama/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

NICARÁGUA. [Constituição (1987)]. **Constitución Política de la República de Nicaragua de 1987**. Washington D.C.: Organización dos Estados Americanos. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic3_nic_const.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

OOFT, Max. **Indigenous World 2019: Suriname**. IWGIA: 2019. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/en/suriname/3409-iw2019-suriname.html?highlight=WyJzdXJpbmFtZSIslInN1cmlyYW11J3MiXQ==>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

OPEN DEMOCRACY. **Chile en llamas**: El modelo neoliberal en crisis en toda la región. 22 out. 2019. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/es/democraciaabierta-es/chile-en-llamas-el-modelo-neoliberal-en-crisis-en-toda-la-regi%C3%B3n/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI). **Estatuto/Regulamento da OEI**. Panamá: OEI, 1985. Disponível em: <https://oei.org.br/regulamento>. Acesso em: 9 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI). OEI Brasil: **O que é a OEI?** Brasília: OEI. Disponível em: <https://oei.org.br/sobre-a-oei/oei>. Acesso em: 9 maio 2020.

PANAMÁ. [Constituição (1983)]. **Constitución Política de la República de Panamá de 1972**. Geneva: Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<https://www.ilo.org/dyn/travail/docs/2083/CONSTITUTION.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

PEÑATA, Susana. Declaratoria de país libre de analfabetismo hasta 2019. *In: La Prensa Grafica*. 21 dez. 2018. Disponível em:





<<https://www.laprensagrafica.com/elsalvador/Declaratoria-de-pais-libre-de-analfabetismo-hasta-2019-20181221-0169.html>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

PERU. **Declaración Especial: Año Internacional de las Lenguas Indígenas**. Ministerio de Relaciones Exteriores, 2019. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/28795-declaracion-especial-ano-internacional-de-las-lenguas-indigenas>. Acesso em: 9 mai. 2020.

PUEBLOS indígenas en Paraguay. **IWGIA**, [201-?]b. Disponível em: <https://www.iwgia.org/es/paraguay.html>. Acesso em: 8 ago. 2020.

RELATORES especiais expressam preocupação com prisão de líder indígena na Guatemala. *In: Organização das Nações Unidas*. 21 dez. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatores-especiais-expressam-preocupacao-com-prisao-de-lider-indigena-na-guatemala/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

REPÚBLICA DOMINICANA. **Delegado de la UNESCO conoce los avances en materia de alfabetización**. Dirección General de Programas Especiales de la Presidencia, 2020. Disponível em: <https://digepep.gob.do/noticias/delegado-de-la-unesco-conoce-los-avances-en-materia-de-alfabetizacion>. Acesso em: 9 mai. 2020.

REPÚBLICA DOMINICANA. **Cancilleres del SICA buscan consolidar políticas educativas y sistema estadístico**. Ministerio de Relaciones Exteriores, 2014. Disponível em: <https://www.mirex.gob.do/medios/noticias/cancilleres-del-sica-buscan-consolidar-politicas-educativas-y-sistema-estadistico>. Acesso em: 9 mai. 2020.

Revista Mexicana de Orientación Educativa. **La educación chilena: cuestionamiento al neoliberalismo**, 2011. Disponível em: <<http://remo.ws/REVISTAS/remodigital.pdf>> Acesso em: 17 ago 2020.

RUANO, Carlos. ARCGIS. *In: Grupos Etnicos de El Salvador*. [S. l.], 28 out. 2019. Disponível em: <<https://storymaps.arcgis.com/stories/f6ca335bacd6464d86861811340b5998>>. Acesso em: 17 ago. 2020.





TASA DE ANALFABETISMO en el Perú se há reducido en los últimos 5 años. **Perú21**, 8 set. 2018. Disponível em: <https://peru21.pe/lima/peru-tasa-analfabetismo-reducido-ultimos-cinco-anos-nndc-426696-noticia/>. Acesso em: 9 mai. 2020.

TODO sobre los Taínos. **Republica Dominicana Live**, [201-?]. Disponível em: <http://www.republica-dominicana-live.com/republica-dominicana/diversos/los-tainos.html>. Acesso em: 9 mai. 2020.

UNICEF. **2019 Suriname Education Fact Sheets**. Suriname: UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/guyanasuriname/sites/unicef.org.guyanasuriname/files/2020-03/Suriname-MICS-EAGLE-education-factsheet-English_2019-final.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

URBINA, Lourdes G.; ZANELLI, Jose Carlos D. **Mundo Indígena 2019: Perú**. IWGIA: 2019.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial**. In: Memórias del Seminario Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.

ZORZI, José Augusto. **Estudos culturais e multiculturalismo: uma perspectiva das relações entre campos de estudo em Stuart Hall**. Trabalho de conclusão de curso para obtenção de Licenciatura em História pela UFRG, 2012.

